



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA,
CONTABILIDADE E SECRETARIADO EXECUTIVO
DEPARTAMENTO DE TEORIA ECONÔMICA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

JOÃO VITOR MOREIRA DA SILVA

POLÍTICA SOCIAL DO ESTADO BRASILEIRO PÓS AVANÇO NEOLIBERAL:
UMA ANÁLISE ENTRE OS ANOS DE 2003 E 2014

FORTALEZA

2023

JOÃO VITOR MOREIRA DA SILVA

POLÍTICA SOCIAL DO ESTADO BRASILEIRO PÓS AVANÇO NEOLIBERAL: UMA
ANÁLISE ENTRE OS ANOS DE 2003 E 2014

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Américo Leite Moreira.

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S58p Silva, João Vitor Moreira da.
Política Social do Estado Brasileiro pós avanço neoliberal : uma análise entre os anos de 2003 e 2014 /
João Vitor Moreira da Silva. – 2023.
56 f. : il. color.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia,
Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências Econômicas, Fortaleza, 2023.
Orientação: Prof. Dr. Carlos Américo Leite Moreira.
1. Estado Social. 2. Brasil. 3. desenvolvimento. 4. neoliberalismo. I. Título.

CDD 330

JOÃO VITOR MOREIRA DA SILVA

POLÍTICA SOCIAL DO ESTADO BRASILEIRO PÓS AVANÇO NEOLIBERAL: UMA
ANÁLISE ENTRE OS ANOS DE 2003 E 2014

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Graduação em Ciências
Econômicas da Universidade Federal do Ceará,
como requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em: / / .

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Américo Leite Moreira (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dra. Jacqueline Franco Cavalcante
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Júlio Ramon Teles da Ponte
Universidade Federal do Ceará (UFC)

A Deus.

Aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente, que me guiou concedendo força e sabedoria para superar os desafios, estando comigo nos momentos mais distintos desta jornada.

Aos meus pais, Josinaldo e Neide, por sempre oferecerem apoio às minhas decisões e todo o suporte necessário para que eu pudesse seguir em busca dos meus objetivos, sem eles isso não seria possível. Foram os responsáveis por me tornar o homem que sou hoje, alguém que luta pelos seus objetivos e sonhos.

A minha namorada, Carol, por sempre estar presente e disponível nos momentos de maior necessidade, fornecendo apoio e carinho.

A minha madrinha Graça e minha tia Nete, por me apoiarem durante a caminhada.

A toda minha família, que de alguma forma contribuiu, seja com um simples sorriso despertado em mim.

Aos meus amigos, Adriano, Kessi Diones, José Henrique, Sameque e André. Por estarem presentes em diferentes momentos da vida me incentivando e apoiando, principalmente naqueles que mais precisei.

Ao Prof. Dr. Carlos Américo Leite Moreira, cuja compreensão e apoio durante a orientação foi sem igual. E a todos os professores, que contribuíram com a minha formação e uma melhor compreensão do mundo.

Aos colegas de trabalho que tive, pois esses contribuíram para minha formação acadêmica e profissional.

Aos amigos que fiz na Universidade, Henrique, Cintia, Lyanna, Flaviane, Juliana, Wisley e Matheus, os quais compartilharam comigo importantes momentos da vida.

A banca examinadora, Jacqueline Franco e Júlio Ramon pela disponibilidade e colaboração.

E a todos que de alguma forma se fizeram presente e me apoiaram até então.

RESUMO

O presente estudo trata da atuação do Estado Brasileiro em meio aos conflitos entre o Estado Social, promotor do desenvolvimento, e o Estado Mínimo Liberal, que busca a redução da capacidade de intervenção do Estado. O objetivo geral é identificar como se deu a política social entre os anos de 2003 e 2014, avaliando como a retomada de políticas públicas voltadas para o social influenciou os resultados de indicadores econômicos e sociais. Em um primeiro momento é apresentada a teoria do desenvolvimento e do subdesenvolvimento de Celso Furtado e como o avanço do neoliberalismo influenciou a organização econômica e social brasileira. Posteriormente, apresenta-se uma contextualização sobre a influência neoliberal desde o início dos anos 1990 e os elementos da estratégia social utilizados no período dos governos Lula e Dilma, analisando seu impacto. Nesse contexto, conclui-se que a atuação dos governos no período gerou melhora significativa nos indicadores econômicos e sociais analisados.

Palavras-Chave: Estado Social; Brasil; desenvolvimento; neoliberalismo.

ABSTRACT

The present study deals with the performance of the Brazilian State in the midst of conflicts between Welfare State, development promoter, and the Minimum Liberal State, which seeks to reduce the State's capacity for intervention. The general objective is to identify how social policy occurred between 2003 and 2014, evaluating how the resumption of public policies focused on the social influenced the results of economic and social indicators. At first, Celso Furtado's theory of development and underdevelopment is presented and how the advance of neoliberalism influenced the Brazilian economic and social organization. Subsequently, a contextualization on the neoliberal influence since the early 1990s is presented and the elements of the social strategy used in the period of the Lula and Dilma governments, analyzing their impact. In this context, it is concluded that the performance of governments in the period generated significant improvement in the economic and social indicators analyzed.

Keywords: Welfare State; Brazil; development; neoliberalism.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	- Participação do gasto social federal brasileiro no PIB, 1995-2010 (em %)	32
Gráfico 2	- Evolução gasto social geral per capita por setores Governo Central - (em US\$ de 2010) - Brasil, 1990-2014	33
Gráfico 3	- Evolução do número total de empregados com vínculo formal de emprego no Brasil, 1995-2016 (em milhões)	35
Gráfico 4	- Evolução da taxa de desocupação no Brasil, 2002-2015 (em %)	36
Gráfico 5	- Taxa de informalidade no Brasil, 1992-2014 (em %)	37
Gráfico 6	- Salário mínimo real brasileiro, 2003-2016 (em R\$ de abril/2023)	37
Gráfico 7	- Evolução histórica do salário mínimo real e da relação salários/PIB no Brasil, 1940-2016	38
Gráfico 8	- RGPS - Evolução dos benefícios rurais e urbanos, 2002-2015 (em milhões de beneficiários)	40
Gráfico 9	- RGPS - Benefícios diretos e estimativa do número de beneficiados indiretos em 2003 (em milhões)	41
Gráfico 10	- RGPS - Benefícios diretos e estimativa de número de beneficiados indiretos em 2015 (em milhões)	42
Gráfico 11	- Número de pobres e extremamente pobres no Brasil, 1992-2014 (em milhões)	43
Gráfico 12	- Percentual de pobres e extremamente pobres no Brasil, 1992-2014	44
Gráfico 13	- Taxa de mortalidade infantil no Brasil, 2000-2016 (por mil nascidos vivos)	45
Gráfico 14	- Esperança de vida ao nascer no Brasil, 2000-2016 (em anos)	46
Gráfico 15	- PIB per capita do Brasil (em US\$ corrente)	47
Gráfico 16	- Evolução do Coeficiente de Gini no Brasil, 1995-2014	47
Gráfico 17	- Crescimento da renda domiciliar per capita dos décimos da população brasileira (renda de 2014 em relação a renda de 2003)	48

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Renda domiciliar per capita média no Brasil por décimo da população, 2003 e 2014 (em R\$, a preços de 2014)	49
Tabela 2 – Participação dos declarantes, rendimentos tributáveis e patrimônio sobre o total do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) no Brasil, 2007 e 2014	50

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FMI	Fundo Monetário Internacional
PIB	Produto Interno Bruto
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
FHC	Fernando Henrique Cardoso
PT	Partido dos Trabalhadores
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MEC	Ministério da Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
FUNDEF	Fundo de Financiamento e Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
PROUNI	Programa Universidade para Todos
SUS	Sistema Único de Saúde
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
PBF	Programa Bolsa Família
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CF	Constituição Federal
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
PNMPO	Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
OMS	Organização Mundial da Saúde
IRPF	Imposto de Renda da Pessoa Física

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	CELSO FURTADO A FINANCEIRIZAÇÃO	15
2.1	Celso Furtado e o estudo do desenvolvimento e do subdesenvolvimento	15
2.1.1	Desenvolvimento e subdesenvolvimento	15
2.1.2	O surgimento do conceito de “modernização”	17
2.1.3	O desenvolvimento e a homogeneização social	18
2.1.4	A superação do subdesenvolvimento	19
2.2	Financeirização e a desestruturação do setor público	20
2.2.1	O Consenso de Washington	21
2.2.2	A economia brasileira e o capitalismo financeirizado	22
3	TENSÕES NO BRASIL ENTRE O ESTADO SOCIAL E O ESTADO MÍNIMO LIBERAL	27
4	ELEMENTOS DA ESTRATÉGIA SOCIAL E SUAS LIMITAÇÕES NO PERÍODO 2003-2014	31
4.1	Ampliação do Gasto Social	32
4.2	Recuperação do Mercado de Trabalho	35
4.3	Potencialização dos efeitos redistributivos da Seguridade Social	39
4.4	O combate à pobreza extrema	42
4.5	Melhoria dos Indicadores Sociais	44
4.6	Limitações da Estratégia Social e ausência de reformas estruturais	49
5	CONCLUSÃO	52
	REFERÊNCIAS	54

1 INTRODUÇÃO

A desigualdade econômica e social são problemas enfrentados por todos os países, sejam eles desenvolvidos ou subdesenvolvidos, apesar de os países subdesenvolvidos lidarem em maiores proporções. Celso Furtado analisava o motivo da persistência do subdesenvolvimento na América Latina e mais especificamente no Brasil. Segundo ele, os fatores históricos, a dependência cultural e a forma como ocorre o processo de acumulação de capital seriam pontos de influência no subdesenvolvimento, de modo que este se faz presente no Brasil ainda que haja crescimento da riqueza do país.

Entende-se que no Brasil ocorre o processo “modernização”, que consiste no crescimento da renda sem desenvolvimento, mantendo-se subdesenvolvido (VIEIRA, 2015). A atuação do Estado é vista como de extrema importância na superação do subdesenvolvimento e a inserção sociedade na elaboração do projeto de desenvolvimento criado pelo Estado é fundamental. Contudo, partir da década de 1990 ocorre um processo de desestruturação do setor público por meio do Consenso de Washington, trazendo práticas neoliberais que visam limitar a capacidade de intervenção do Estado (AMÉRICO MOREIRA; CASTRO; OLIVEIRA, 2019).

Conforme o Estado perde a sua capacidade de intervir na economia brasileira e o capital financeiro passa a ditar as políticas macroeconômicas, as políticas sociais são colocadas em segundo plano. Ocorre também um duplo processo de reprimarização/desindustrialização que evidencia a presença dessas políticas neoliberais no período em questão. As tensões entre os defensores do Estado Social e do Estado Mínimo Liberal estiveram presentes desde a década de noventa até o fim dos governos do Partido dos Trabalhadores, embora tenham se tornado menos evidentes em alguns momentos (CALIXTRE; FAGNANI, 2017)

A partir de 2003, embora sejam mantidos alguns elementos da estratégia neoliberal, o Estado passa a pensar novamente em políticas públicas voltadas para as questões sociais, visando reduzir a fome e a pobreza, recuperar o mercado de trabalho e fornecer proteção social. Esses elementos citados foram bastante atingidos pelas políticas neoliberais que resultaram em menor renda, menos empregos e menor proteção social no período. A partir dessa mudança no cenário político com o Partido dos Trabalhadores no poder, estes elementos passaram a ser vistos como elementos-chave para a recuperação da economia brasileira.

Dessa forma, sabendo do papel do Estado como responsável e agente promotor do desenvolvimento é de extrema importância avaliar como se deu a política social do período, tendo em vista que esse mesmo Estado sofreu com uma desestruturação em virtude do avanço neoliberal. Cabe também a avaliação das limitações da estratégia social adotada.

O presente trabalho tem por objetivo analisar a política social brasileira no período de 2003 a 2014 em meio ao processo de desestruturação do setor público iniciado anos antes, o impacto dessa estratégia nos indicadores econômicos e sociais e as suas limitações, além de buscar avaliar se em virtude disso existiram mudanças estruturais no Brasil que, desde o início dos anos noventa, vinha sendo guiado por ideais neoliberais baseados no Consenso de Washington.

Assim, a fim de enriquecer o debate, o trabalho apresenta seis seções, de modo que a primeira é a introdução. A segunda seção consiste em uma revisão de literatura. Na terceira são apresentadas as tensões entre o Estado Social e o Estado Mínimo Liberal. Na quarta seção são apresentados os elementos da estratégia social e alguns indicadores sociais e econômicos em meio a adoção dessa estratégia. Na quinta seção são avaliados os limites da estratégia adotada. Por fim, a sexta e última seção apresenta as considerações finais.

2 CELSO FURTADO A FINANCEIRIZAÇÃO

Esta seção busca analisar a visão de Celso Furtado sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento, observando o papel do Estado em fornecer condições ideais para superar a condição de subdesenvolvimento. Ademais, analisa-se como a evolução das ideias neoliberais geraram um movimento de financeirização que resultou na desestruturação do setor público e, no Brasil, resultou também em um duplo processo de reprimarização/desindustrialização com menor renda e menor proteção social para a população.

2.1 Celso Furtado e o estudo do desenvolvimento e do subdesenvolvimento

Celso Furtado foi um economista brasileiro com posição de grande destaque entre os intelectuais do país no século XX. Ele produziu boa parte da sua literatura voltada ao estudo dos problemas do desenvolvimento econômico, observando os fatores históricos como determinantes para a realidade dos países. Furtado buscou compreender os problemas que atingem os países subdesenvolvidos, principalmente os latino-americanos. Sua contribuição intelectual esteve voltada também à compreensão da realidade brasileira e das transformações econômicas e sociais desta. Parte de sua literatura se refere ao papel do Estado na superação da condição de subdesenvolvimento. Dessarte, serão apresentados alguns conceitos e a ideia geral da teoria do subdesenvolvimento de Furtado.

2.1.1 Desenvolvimento e subdesenvolvimento

Conforme citado anteriormente, uma das preocupações expressas na obra de Furtado diz respeito ao estudo do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, seu estudo foi voltado principalmente para a realidade da periferia latino-americana e buscava pensar em práticas a serem adotadas que conduzam a superação da condição de subdesenvolvimento. O método de análise utilizado por ele leva em consideração os aspectos históricos e estruturais das regiões, retratando as condições da periferia sendo influenciadas pelas transformações que ocorrem no centro do sistema capitalista. Furtado consolida em sua teoria uma reflexão quanto as bases que constituem a essência para o subdesenvolvimento presente no Brasil, elaborando sua análise com base na interpretação social e econômica do país. “O método histórico, para Furtado, é central para a sua análise do desenvolvimento, na medida em que lhe permite combinar a grande visão do processo histórico com as especificidades de cada momento e de cada país” (BRESSER-PEREIRA, 2001, p. 35).

Na compreensão de Furtado (1961), a divisão internacional socioeconômica é vista como resultado dos desdobramentos originados da 1ª Revolução Industrial, de modo que a classificação dos países em desenvolvidos e subdesenvolvidos é afetada por como estes países são influenciados pelas transformações resultantes da revolução, a depender também dos ganhos de produtividade em cada país. “O advento de um núcleo industrial, na Europa do século XVIII, provocou uma ruptura na economia mundial da época e passou a condicionar o desenvolvimento econômico subsequente em quase todas as regiões da terra” (PAULA, 2018, p. 100, apud FURTADO, 1961, p. 178).

O subdesenvolvimento é resultado do contato entre os países periféricos e os países centrais que obtiveram êxito na construção de um sistema industrial que mantém a sua capacidade de criar ciência e tecnologia. Ou seja, o que diferencia o desenvolvimento do subdesenvolvimento seria a capacidade do primeiro de articular a acumulação de capital e o desenvolvimento científico-tecnológico. Para Furtado (2000b), o subdesenvolvimento não seria uma etapa na qual todos os países deveriam passar para chegar ao desenvolvimento, se tratava, na verdade, da condição de dependência de algumas economias em seus processos de inserção no fluxo do comércio internacional.

Furtado (1974) aponta ainda que a dependência cultural influencia diretamente a destinação dada ao excedente social dessas economias tendendo a agravar as desigualdades sociais em função do processo de acumulação. Bianconi e Coutinho (2019) interpretam que o excedente seria, na visão de Furtado, o ponto de partida para uma compreensão maior do desenvolvimento, pois possibilita processos de transformação social. A dependência cultural é responsável por determinar o processo de acumulação, o qual vai de encontro ao desenvolvimento das forças produtivas internas. Sobre a utilização do excedente, temos:

A utilização do excedente na periferia do sistema capitalista não apresenta vinculação suficiente ao processo de formação de capital nos setores produtivos, e essa é uma das principais razões por detrás do fenômeno do subdesenvolvimento. A apropriação da renda nessas economias é feita por um grupo minoritário, a elite dirigente, que o emprega para obtenção de objetos de consumo típicos das sociedades desenvolvidas. É justamente essa demanda elitizada, cujos produtos requeridos são de natureza tecnológica profundamente desconectada da estrutura social e produtiva alcançadas, que dirige as transformações mais expressivas por que passam essas economias (OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2021, p. 785).

No que se refere a dinâmica dos conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, as economias caracterizadas pelo subdesenvolvimento têm, como reflexo das suas situações históricas, uma dependência econômica e cultural para com as economias caracterizadas pelo desenvolvimento. Portanto, esta condição de dependência gera uma situação de submissão na

estrutura econômica e se apresenta como um obstáculo ao desenvolvimento e à redução das desigualdades sociais (LINS; MARIN, 2016).

2.1.2 O surgimento do conceito de “modernização”

Tomando como base o debate exposto acima, é necessário discutir a respeito do conceito de “modernização”, o qual surge pela primeira vez no livro *Análise do “Modelo” Brasileiro* (Furtado, 1972). O conceito traz a ideia de que nos países periféricos ocorre a reprodução dos padrões de consumo e do estilo de vida estabelecido nos países de centro, de modo que não ocorre um acúmulo de capital e progresso técnico nos setores produtivos, mas sim a eliminação da oferta elástica de mão de obra. Assim, “o crescimento econômico não determinava, necessariamente, o desenvolvimento” (LINS; MARIN, 2016, p. 81).

O perfil de demanda que dirige o processo de formação de um sistema econômico nesses países, e que origina a industrialização nestes, requer um grau de técnica que dispensa fortemente o fator trabalho, fato que, em sociedades com elevada oferta relativa de mão-de-obra, contribui para determinação dos salários a níveis extremamente baixos, denotando a alta taxa de exploração interna a que esse sistema de modernização faz jus (OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2021, p. 785).

Conforme a abordagem apresentada, se faz necessário explicar dois pontos. O primeiro, seria o fato de o termo modernização estar entre aspas e ser considerado um conceito que acabara de surgir e o segundo, seria a justificativa para o termo modelo estar entre aspas no título do livro. A respeito do primeiro ponto, o termo modernização é “mantido entre aspas porque não se trata de uma modernização que leve ao desenvolvimento econômico, mas sim que traz crescimento econômico, mas não supera a situação de subdesenvolvimento” (VIEIRA, 2015, p. 34). No que se refere ao segundo ponto, o termo modelo “aparece entre aspas para denotar que não se trata de um modelo de desenvolvimento econômico, como se apregoava na época tanto no Brasil quanto no exterior, mas sim um caso de crescimento econômico conjugado com forte concentração de renda” (VIEIRA, 2015, p. 34).

Segundo Furtado (1992), a modernização fez com que a renda e a riqueza se tornassem ainda mais concentradas. Destarte, os resultados da “modernização” com os ganhos de produtividade geravam benefícios apenas para a parcela da sociedade que detinha o controle produtivo.

Outro aspecto considerado fundamental, que aponta uma diferenciação na forma como ocorreu a industrialização brasileira daquela que ocorreu nos países do centro capitalista, seria a fragilidade da relação entre as mudanças que aconteceram na estrutura produtiva brasileira e a estrutura social, onde a última se manteve praticamente inalterada dada a inexistência de um

processo de homogeneização social (OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2021). Ou seja, embora tenha acontecido mudanças na estrutura produtiva brasileira, isso não foi suficiente para reduzir as desigualdades durante a industrialização do país.

2.1.3 O desenvolvimento e a homogeneização social

O conceito de homogeneização social não seria uma uniformização dos padrões de vida, mas sim os membros da sociedade satisfazendo de forma apropriada as suas necessidades de alimentação, vestuários, moradia e acesso à educação, ao lazer e à cultura (FURTADO 2016). Nesse sentido, tem-se a homogeneização social como um elemento associado ao desenvolvimento econômico e social, pois o desenvolvimento é apresentado também à medida que as pessoas satisfazem suas necessidades básicas.

A homogeneização social não ocorreu desde o início do processo de industrialização, contudo, a partir de determinado nível de acumulação, passou a ser uma característica necessária do processo de desenvolvimento. Ainda que em determinados momentos o processo de acumulação e concentração tenha se dado com o apoio do Estado, isso não foi um fator que impossibilitou o processo de redução das desigualdades sociais em momentos posteriores. No caso do subdesenvolvimento, ocorre um processo de heterogeneização social. Dessa forma, a “teoria do subdesenvolvimento cuida do caso especial de situações em que aumentos de produtividade e assimilação de novas técnicas não conduzem à homogeneização social, ainda que causem a elevação do nível de vida médio da população” (FURTADO, 1992, p. 39).

Seguindo a linha do que foi apresentado anteriormente, a forma como a renda é distribuída se trata de um reflexo sobre como acontece o processo de modernização e é também influenciada pelos hábitos de consumo da elite, a qual coordena o sistema produtivo e as técnicas utilizadas no processo de produção. Dessa forma, a tecnologia, que também é influenciada pela elite, é responsável por criar diferenças salariais entre os setores de subsistência e os setores que estão se industrializando. A partir deste cenário, é possível perceber o crescimento econômico como indutor do processo de aprofundamento das desigualdades econômico-sociais.

Ademais, se se tem em conta que a situação de dependência está sendo permanentemente reforçada, mediante a introdução de novos produtos [...] torna-se evidente que o avanço do processo de industrialização depende de aumento da taxa de exploração, isto é, de uma crescente concentração da renda. Em tais condições, o crescimento econômico tende a depender mais e mais da habilidade das classes que se apropriam do excedente para forçar a maioria da população a aceitar crescentes desigualdades sociais (FURTADO, 1974, p. 88-89).

Assim, são notados na teoria de Furtado dois aspectos considerados fundamentais. O primeiro, seria a natureza cultural do problema do subdesenvolvimento, que conforme já foi citado, surge em virtude da tentativa dos países periféricos de replicar o padrão de consumo praticado por países que se encontram em um processo de acumulação já avançado. E o segundo, que seriam as distorções geradas na estrutura distributiva, são reflexos do primeiro.

Em suas obras, Furtado sempre dá ênfase a importância dos elementos institucionais/estruturais como fatores determinantes do desenvolvimento econômico. Desse modo, ele aponta a distribuição da terra em latifúndios, uma característica da região latino-americana, com papel determinante na estrutura política e social das economias dessa região. Além disso, há a existência de diferentes níveis de industrialização entre os setores reflete diretamente na diferença do nível de vida entre estes, colocando os trabalhadores dos setores menos industrializados em situação mais vulnerável, com piores condições de vida. Vale ressaltar os fatores histórico-institucionais apresentados como, inicialmente, responsáveis por propiciar um processo de concentração estrutural da renda a favor dos lucros no país, muito em virtude da existência de um setor de subsistência o qual reduz as remunerações do trabalho.

A estrutura agrário fundiária brasileira seria o principal fator gerador de concentração de renda no país. Em virtude de no campo não existir possibilidade de uma vida melhor, existe o fenômeno de migração das populações dessas áreas para as áreas urbanas. Com esse movimento da população, são criados excedentes de mão de obra não especializada. Esse movimento evidencia a busca da população por melhores condições de vida e a diferenciação dos setores econômicos estabelecidos na economia do país.

2.1.4 A superação do subdesenvolvimento

Para a superação da condição de subdesenvolvimento, Furtado (1992) aponta como necessário o distanciamento da ideia de buscar os padrões dos países desenvolvidos, ou seja, haveria um processo de aceitação das características internas da região e, a partir daquele momento, aquela realidade seria tomada como base para os novos padrões a serem estabelecidos na sociedade. Ainda é possível falar que não seria necessário obter os mesmos níveis de renda e crescimento das regiões desenvolvidas para superar a condição de subdesenvolvimento.

Segundo o autor, a superação dos percalços oriundos do subdesenvolvimento seria possível por meio da atuação do Estado, de modo que seria necessário um distanciamento dos vínculos de dependência existentes entre as economias periféricas e as economias do centro industrializado. O Estado seria o responsável por colocar em prática um projeto voltado para o

desenvolvimento em seu sentido amplo, voltado à promoção de melhorias na condição de vida da população e não apenas ao crescimento econômico. Ou seja, seria a entidade responsável por projetos de desenvolvimento econômico e social (FURTADO, 2000a).

Baseado no processo de identificação do subdesenvolvimento como um problema com bases estruturais, seria necessário um processo de correção que apenas poderia ser realizado pelo Estado. Contudo, as reformas de caráter estruturais não poderiam ser estabelecidas sem que houvesse consonância com um projeto alinhado às melhorias sociais, estando diretamente relacionadas com a lógica do desenvolvimento.

A respeito do caso brasileiro, na percepção de Furtado seria necessário que o desenvolvimento fosse pensado a partir de suas especificidades e que existisse a participação da sociedade civil nas decisões a respeito do planejamento elaborado. A estagnação da economia brasileira nos anos anteriores a década de 1990 e a participação da economia brasileira no capitalismo global foram fatores que contribuíram para o agravamento da exclusão social. Destarte, sugere-se que o Estado brasileiro trabalhe em seu fortalecimento e inclua a sociedade civil no processo de construção da sua proposta de superação da condição de subdesenvolvimento (FURTADO, 1974).

Após a percepção de que o avanço tecnológico por si só não seria solução para os problemas sociais e citar os aspectos culturais com forte influência no desenvolvimento dos países, o desenvolvimento não seria mais um avanço automático. As modificações propostas pelo Estado devem partir de bases culturais e estruturais, tornando o cenário propício a uma mudança nos padrões praticados pela sociedade e mais adequados a sua realidade.

2.2 Financeirização e a desestruturação do setor público

A partir da década de 1970 tem-se o início da era do capital improdutivo, havendo movimentos voltados para a desregulação do setor financeiro e a desestruturação do setor público, sendo este último baseado nas proposições estabelecidas no Consenso de Washington. Na década de 1990, diversas crises econômicas acontecem ao redor do mundo sem refletir nas estruturas do mundo das finanças e é inaugurada uma nova ordem mundial, com poucas regras de controle e sem projetos nacionais de desenvolvimento. Assim, tem-se a supremacia dos mercados sobre as políticas macroeconômicas garantindo a liberdade de capitais, essa liberdade avançou sobre o desenvolvimento econômico e como reflexo, gerou menos renda, menos empregos, menor proteção social e maior instabilidade (AMÉRICO MOREIRA; CASTRO; OLIVEIRA, 2019).

Nesse sentido, é importante compreender como regiões periféricas se inserem na era do capital improdutivo. Como resultado, tem-se que o poder dos mercados é o poder das corporações e este contrasta com os projetos de desenvolvimento nacionais e com os conceitos de nação e cidadania (AMÉRICO MOREIRA; CASTRO; OLIVEIRA, 2019).

2.2.1 O Consenso de Washington

O termo Consenso de Washington foi cunhado pelo economista John Williamson e se refere a um conjunto de proposições cujas instituições multilaterais sediadas em Washington acreditavam ser o conjunto adequado de políticas econômicas a serem adotadas pelos países da América Latina. As proposições, podendo também ser chamadas de reformas, são dez segundo Williamson (2004), a saber:

- I. Disciplina fiscal;
- II. Reordenamento das prioridades dos gastos públicos;
- III. Reforma tributária;
- IV. Liberalização do setor financeiro;
- V. Manutenção de taxas de câmbio competitivas;
- VI. Liberalização comercial;
- VII. Atração de investimentos diretos estrangeiros;
- VIII. Privatização de empresas estatais;
- IX. Desregulamentação da economia;
- X. Proteção dos direitos de propriedade.

O conjunto de proposições citado acima passou a ser adotado como política oficial das Instituições Financeiras Internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), a fim de promover ajustes macroeconômicos nos países que solicitavam auxílio financeiro internacional. Dessa forma, a aplicação de políticas neoliberais foi realizada na América Latina por meio do Consenso de Washington e a adesão a esse mecanismo passou a ser condição para a obtenção de novos empréstimos, tendo em vista a necessidade de reestruturação da dívida nos países localizados nessa região.

Williamson, ao observar os desdobramentos do Consenso de Washington, afirmou que o termo estava sendo utilizado em um conceito diferente de quando fora criado. Tendo em vista que o termo se tornou praticamente um sinônimo de neoliberalismo, ele afirmou que:

A grande maioria dentre aqueles que engendraram ataques venenosos ao Consenso de Washington não leram minha explicação sobre o que eu quis dizer com o termo. Quando li como fora empregado por outros, descobri que havia sido interpretado para significar aniquilar o estado, um novo imperialismo, a criação de uma economia

global laissez-faire, que a única coisa que importa é o crescimento do PIB, e muito mais sem dúvida. Eu assevero que é difícil encontrar algum destes significados implícitos na lista de dez políticas de reformas que apresentei (WILLIAMSON, 2004).

Contudo, ao analisar as proposições, percebe-se como um dos objetivos a redução do Estado. Ou seja, existe uma relação do discurso do Consenso com as ideias neoliberais.

Ora, seu discurso, sem ser radical, é claramente neoliberal, colocando a redução do Estado, ao invés de seu fortalecimento ainda que em tamanho menor, como o grande objetivo a ser alcançado (BRESSER-PEREIRA, 1996).

2.2.2 A economia brasileira e o capitalismo financeirizado

No Brasil, assim como na América Latina, o avanço do neoliberalismo se deu em virtude do momento de crise do paradigma desenvolvimentista. Tem-se que na década de 1990, mais especificamente no governo de Fernando Collor (1990-1992), ocorre o início da implantação do projeto neoliberal. Entretanto, é importante salientar que o modelo de desenvolvimento brasileiro e a sua política econômica externa, utilizadas até então, iam de encontro aos princípios neoliberais consolidados no Consenso de Washington.

Na década de 1990, o vínculo da economia brasileira com os países centrais foi modificado pela sua inserção no capitalismo financeirizado, o que configurou novas formas de dependência. O domínio explícito da esfera financeira, que é característica dessa nova fase, resultou no questionamento da lógica de industrialização do regime de acumulação anterior. Com o aumento do poder da finança, houve o abandono da experiência de industrialização promovida pelo Estado. Dessarte, à medida que surgem questionamentos quanto a credibilidade das intervenções do Estado, a concepção liberal passa a atribuir culpa às intervenções estatais pela crise do modelo de substituição de importações, ignorando os avanços significativos apresentados no período entre o pós-guerra e a década de 1980 (AMÉRICO MOREIRA; CASTRO; OLIVEIRA, 2019).

Nesse contexto, o modelo econômico brasileiro passou por modificações, tendo em vista que existiam mudanças necessárias para se adequar ao regime de acumulação de dominância financeira. A nova configuração da estrutura do Estado e a sua maneira de atuação econômica resultou em um processo de abertura comercial e econômica, além da implementação de políticas fiscais e monetárias rígidas visando a estabilidade monetária. Outro fato importante seria a manutenção de taxas de juros elevadas para viabilizar a política de estabilização, fato esse que foi determinante para a sobrevalorização cambial (AMÉRICO MOREIRA; CASTRO; OLIVEIRA, 2019).

Dessa forma, com a nova configuração do modelo econômico brasileiro apresentada acima, o padrão de acumulação do país passa a ser afetado e modifica as prioridades da atuação do Estado.

Essa nova configuração teve impactos importantes sobre o padrão de acumulação no País, na medida em que privilegia o financeiro e o comercial em detrimento do produtivo e do social (AMÉRICO MOREIRA, 2022).

A manutenção da taxa de juros em níveis elevados foi um dos mecanismos utilizados pela política de estabilização monetária, sendo ainda um fator determinante para a geração de um duplo déficit, comercial e orçamentário. Os déficits comerciais foram resultado da apreciação da moeda nacional e de uma maior abertura comercial. Percebe-se então um processo de racionalização produtiva, que combinado com a sobrevalorização da taxa de câmbio, resultou em um processo de substituição de parte da produção interna por importações. Destarte, insumos e bens de consumo que eram produzidos internamente passaram a ser importados, substituindo, parcialmente ou integralmente, as cadeias produtivas estruturadas durante o processo de industrialização por circuitos comerciais vinculados aos países centrais (AMÉRICO MOREIRA; SHERER, 2002).

Neste processo, insumos e bens de consumo anteriormente produzidos no país foram substituídos por importações, desestruturando as cadeias produtivas internamente constituídas ao longo do período de industrialização (AMÉRICO MOREIRA; CASTRO; OLIVEIRA, 2019).

Quanto ao déficit orçamentário, este ocorreu ao mesmo tempo que eram obtidos superávits primários, destacando o papel da taxa de juros para o crescimento da dívida pública. Na década de 1990, a carga fiscal se expandiu em consonância à redução dos gastos públicos produtivos e aos gastos públicos sociais. Ao mesmo tempo, houve um aumento considerável das despesas com juros, ressaltando o papel crescente do serviço da dívida interna no orçamento do governo (AMÉRICO MOREIRA, 2022).

No que se refere ao processo de reestruturação da estrutura produtiva, houve transformações no modo de organização e na estratégia das filiais das empresas estrangeiras do país. As mudanças se deram em três aspectos: primeiro, suas atividades realizadas no país obedecem a uma lógica de otimização, com crescimento significativo da importação de insumos e bens finais; segundo, a criação e ampliação da capacidade produtiva passou a ser determinada por operações de fusão, aquisição e participação minoritária em detrimento dos investimentos; e terceiro, parte significativa dos lucros passaram a ser utilizados com fins especulativos, visando a valorização financeira das empresas estrangeiras (AMÉRICO MOREIRA, 2022).

Assim, constata-se “um intenso processo de reestruturação da estrutura produtiva nacional, com aumentos de produtividade decorrentes do desemprego em massa e dos ajustes microeconômicos das grandes empresas” (AMÉRICO MOREIRA; CASTRO; OLIVEIRA, 2019).

As políticas de abertura comercial resultaram no processo de reestruturação produtiva, especialmente na indústria, que não elevou sua competitividade sistêmica. Diversos mecanismos foram utilizados pelos empresários visando o aumento da produtividade, a saber: *downsizing*, flexibilização dos contratos de trabalho e terceirização de atividades de apoio à produção. Houve também o fechamento de linhas de produção consideradas não competitivas e a especialização em produtos de menor valor agregado (BELUZZO; TAVARES, 2002).

Como resultado, o processo de substituição de parte da produção local por importações afetou a participação da indústria no produto, estimulando o processo de desindustrialização. Ou seja, a combinação de alta nos juros e câmbio apreciado somado a uma abertura comercial sem a presença de política industrial foram fatores determinantes para o processo de desindustrialização (AMÉRICO MOREIRA; CASTRO; OLIVEIRA, 2019).

De mesmo modo, com a manutenção da taxa de juros em níveis elevados e o câmbio apreciado, é gerado um movimento de reprimarização na economia brasileira, evidenciando a perda de competitividade da indústria. Ou seja, tem-se o Brasil voltando ao cenário de exportador de bens primários, com baixo valor agregado. Conforme a indústria brasileira perde seu poder de competição e ocorrem mudanças nos padrões do comércio exterior da economia brasileira, tem-se o Brasil como exportador de *commodities* metálicas e agrícolas (AMÉRICO MOREIRA; CASTRO; OLIVEIRA, 2019).

A ascensão de um novo governo no início dos anos 2000 não influenciou a lógica da política econômica, ou seja, a incapacidade do governo brasileiro de formular políticas econômicas contrárias aos interesses do capital financeiro permaneceu e consolidou a posição da economia brasileira no capitalismo financeirizado. Dessa maneira, houve por parte do governo uma política de manutenção da taxa de juros reais em patamares elevados, fato que caracteriza as restrições impostas aos Estados pela mundialização (AMÉRICO MOREIRA; BORBA, 2016).

O padrão de acumulação brasileiro passou a articular o mercado interno, em crescimento, com o dinamismo das exportações de *commodities* metálicas e agrícolas. Isto significa que o mercado interno passou a ser fundamental no processo de acumulação de capital simultaneamente ao movimento de reprimarização da pauta exportadora (AMÉRICO MOREIRA, 2022).

Nesse sentido, é possível avaliar a participação das *commodities* e dos produtos manufaturados na pauta de exportações brasileiras. Entre 1999 e 2011, a participação das exportações brasileiras de *commodities* apresentou elevação contínua, mesmo com a apreciação cambial a partir de 2003. A média da participação das *commodities* nas exportações nesse período foi de 57,6%. Esse comportamento pode ser atribuído à elevação de seus preços no mercado internacional. Contudo, os produtos manufaturados apresentaram tendência de perda da participação na pauta exportadora, sua média no período foi de 42,4% (SOUZA; VERÍSSIMO, 2013).

Vale salientar que as ações voltadas para a ampliação do mercado doméstico estavam alinhadas a uma concepção diferente do Estado, o qual entendeu o investimento público como fundamental para o desenvolvimento e inseriu os bancos públicos e as empresas estatais como protagonistas. Esse movimento aconteceu ainda que houvesse uma continuidade da política econômica ortodoxa que fora iniciada na fase anterior, com foco em manter a estabilidade monetária e obter um superávit primário. Havia a expectativa de que os programas de investimentos em infraestrutura e um maior dinamismo no mercado consumidor aumentariam a competitividade da estrutura produtiva, em especial da indústria de transformação, entretanto, esses fatores não foram suficientes (AMÉRICO MOREIRA, 2022).

O que se observou, de fato, foi um aprofundamento do duplo processo de reprimarização/desindustrialização que foi iniciado no fim do século XX, destacando como as decisões de investimento estiveram submissas à lógica de acumulação rentista. Com o aumento das exportações de *commodities* agrícolas e metálicas, associado à uma elevada taxa de juros, criou-se um cenário que contribuiu para a valorização da moeda nacional (AMÉRICO MOREIRA; BORBA, 2016).

No período 2006-2014, o duplo processo de reprimarização/desindustrialização no Brasil está relacionado com o dinamismo do mercado interno, especialmente com o segmento assalariado. O mercado assalariado nacional passa a constituir um elemento dinâmico nesse novo padrão de reprodução do capital. É possível destacar diversos fatores que contribuíram para o crescimento desse segmento da demanda doméstica, com a política de valorização do salário mínimo, a ampliação do emprego formal e a forte estratégia dos bancos públicos de ampliação do crédito (AMÉRICO MOREIRA; CASTRO; OLIVEIRA, 2019).

A melhora do quadro fiscal permitiu que houvesse um processo de retomada das políticas públicas, criando condições favoráveis para o fortalecimento do mercado interno. Assim, o crescimento da renda das famílias foi influenciado pela utilização de políticas sociais (AMÉRICO MOREIRA; CASTRO; OLIVEIRA, 2019).

Nesse sentido, é possível perceber um padrão de crescimento econômico que combina um mercado interno dinâmico e a expansão das exportações de produtos básicos. Isso significa que o mercado interno ganha relevância para a reprodução do capital junto ao processo de reprimarização. O aquecimento do mercado interno gerou uma aceleração da demanda por mercadorias, havendo um descompasso entre a oferta e a demanda domésticas (AMÉRICO MOREIRA; CASTRO; OLIVEIRA, 2020).

O cenário apresentado anteriormente não foi suficiente para estimular o investimento do setor industrial e a partir daí, visando estimular a formação bruta de capital fixo, o governo lança em 2007 o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC). O objetivo do PAC era reforçar o papel do Estado como coordenador dos investimentos públicos e privados, direcionados para a infraestrutura econômica e social (AMÉRICO MOREIRA; CASTRO; OLIVEIRA, 2020).

O PAC foi fundamental para a expansão do mercado doméstico pois engendrou a retomada dos investimentos em infraestrutura. Os investimentos visavam garantir a ampliação da matriz energética (geração e transmissão de energia elétrica; produção, exploração e transporte de petróleo; gás natural e combustíveis renováveis), o desenvolvimento da infraestrutura logística (rodovias, portos, aeroportos e hidrovias) e o ampliar a infraestrutura social e urbana (saneamento, habitação, metrô, trens urbanos e recursos hídricos). Ou seja, o PAC significou a retomada parcial do planejamento estatal que fora impossibilitado pela crise da dívida pública nos anos oitenta e abandonada pelas proposições impostas pelo Consenso de Washington nos anos noventa (AMÉRICO MOREIRA; CASTRO; OLIVEIRA, 2019). Na perspectiva de fortalecimento do mercado interno e retomada das políticas públicas, será analisada a política social adotada no período 2003-2014 e se houve ou não a presença de melhorias nos indicadores sociais e econômicos.

3 TENSÕES NO BRASIL ENTRE O ESTADO SOCIAL E O ESTADO MÍNIMO LIBERAL

Com o fim da ditadura militar, foi possível a instituição formal do Estado Social, sendo este consolidado com a criação da Constituição de 1988. Vale lembrar que a Constituição de 1988 ia de encontro à doutrina estabelecida em escala global da época, de modo que, para instaurar o Estado Mínimo Liberal, seria necessário um processo de substituição do Estado Social. Em virtude disso, a partir da década de 1990, houve uma reestruturação do sistema financeiro e produtivo brasileiro, processo no qual diversos bancos e empresas estatais foram privatizados. À medida que esse movimento aconteceu, o Estado brasileiro foi limitado na sua função de planejamento de longo prazo e de coordenação dos investimentos, sejam eles públicos ou privados (CALIXTRE; FAGNANI, 2017).

Ao eclodir a crise internacional de 1982, houve uma ampliação da vulnerabilidade externa do país, do endividamento e da pressão inflacionária, tendo a inflação alcançado níveis jamais vistos e corroendo cada vez mais a economia brasileira. Com o movimento de liberalização, o Estado foi perdendo o comando da política macroeconômica e da iniciativa do crescimento, isso foi agravado à medida que o Brasil aderiu às políticas de ajuste e às reformas propostas pela corrente neoliberal. O Estado brasileiro perdeu também suas bases materiais e financeiras em consequência das privatizações, dos juros elevados, do endividamento crescente e do baixo crescimento. O movimento de abertura financeira e comercial foi responsável também por expor a indústria a uma competição desigual, o que acabou gerando a destruição de cadeias produtivas de setores estratégicos (CALIXTRE; FAGNANI, 2017).

Diante disso, tensões entre paradigmas antagônicos são percebidas no cenário econômico e político brasileiro, cujo o embate foi dividido em cinco momentos distintos entre 1990 e 2016, chamados assim por Calixtre e Fagnani (2017):

(...) contrarreforma truncada (1990-94); retomada da contrarreforma liberalizante (1995-002); continuísmo econômico e ambiguidades na proteção social (2003-06); crescimento e inclusão social (2007-10); e recrudescimento das tensões (2011-14).

Abordando agora o aspecto histórico do período citado acima, dentro da agenda do governo de Fernando Collor de Mello existia a expectativa de contrarreformas e ajustes na Constituição de 1988, pois na sua criação, foi estabelecido que o documento seria revisto em 1993 pelo Congresso Nacional. No entanto, a expectativa de alterações por meio dessa revisão constitucional foi frustrada em virtude do processo de *impeachment* do presidente Collor e o funeral do capítulo sobre a Ordem Social teve de ser adiado. Seguindo o curso da história, tem-

se que, durante o governo do presidente Itamar Franco, este objetivo continuou a ser perseguido. Um exemplo disto seria a implantação, por meio de uma Emenda Constitucional, do Fundo Social de Emergência, onde seria possível capturar 20% das fontes de financiamento da política social asseguradas por meio da Constituição de 1988 (CALIXTRE; FAGNANI, 2017).

O movimento de contrarreforma liberal seguiu presente no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). A inflação que havia alcançado um patamar sem precedentes foi combatida com êxito pelo governo FHC, mesmo que com elevados custos econômicos e sociais. A taxa de juros base da economia precisou ser elevada pois era vista como a “solução” para o desequilíbrio das contas externas gerado pela abertura comercial, pela valorização do câmbio e pelas crises do leste asiático. Com essa elevação dos juros, o objetivo seria atrair o capital e aumentar as reservas cambiais, mantendo o câmbio apreciado. Como reflexo desse movimento, a dívida líquida do setor público já havia dobrado no fim do governo FHC passando a ser cerca de 60% do PIB.

Conforme o interesse da reforma liberal do Estado, era de suma importância a existência de uma política social única e voltada para os pobres, tendo em vista que ela atendia diversos pontos de interesse da reforma. A importância dessa política social é descrita a seguir por Calixtre e Fagnani (2017):

A centralidade do ajuste macroeconômico e da reforma liberal do Estado exigia que o foco “nos pobres” fosse a única política social possível para o Brasil. A serventia dessa opção é clara, pois ela, simultaneamente, atendia aos imperativos do ajuste fiscal (é barata, menos de 0,5% do PIB); aos propósitos da reforma liberal do Estado (o desmonte do Estado Social); e ao apetite da “financeirização” pela ampliação da oferta privada de serviços sociais para os “não pobres” (aqueles que recebem mais de 1 US\$ por dia).

Dado os aspectos apresentados acima, tem-se os pontos de maior influência na política social do governo FHC. Existiu um processo de desestruturação do mercado de trabalho, supressão de direitos trabalhistas, regressão de direitos previdenciários, avanço da privatização das políticas sociais e de empresas estatais, entre outros. Um exemplo da privatização de empresas estatais seria o da Vale do Rio Doce, a empresa foi privatizada por meio de um leilão no ano de 1997 por cerca de R\$ 3,3 bilhões. Contudo, no período de 1990 a 1995, a Vale do Rio Doce obteve lucro líquido de cerca de R\$ 1,9 bilhão (BNDES, 1997). Dessa maneira, fica evidente a ineficiência do processo de liberalização do Estado brasileiro.

Em virtude da eleição de 2002, existia uma perspectiva de mudança no cenário econômico e político brasileiro. O Partido dos Trabalhadores aprofundou suas críticas ao liberalismo, entretanto, a perspectiva de vitória do PT desencadeou uma desestabilização da economia, havendo inclusive um temor de que o surto de incerteza trouxesse riscos à vitória de

Lula. Na tentativa de contornar essa situação, em junho de 2002, foi publicada a Carta ao Povo Brasileiro¹ (WERNECK, 2014).

A condução da política macroeconômica do governo Lula seguiu e aprimorou o que vinha sendo feito no governo anterior. Isso ficou evidente com a nomeação de Antonio Palocci, como ministro da fazenda, e de Henrique Meirelles, como presidente do Banco Central (WERNECK, 2014). No cenário apresentado, passaram a ser implantadas reformas liberais exigidas pelo mercado, sendo possível citar a reforma tributária e a previdenciária, ambas no ano de 2003. Havia ainda algumas limitações nas políticas sociais que continuavam a ser impostas pela parcela ortodoxa, evidenciando a presença do embate da década de 1990 entre Estado Mínimo Liberal e Estado Social (CALIXTRE; FAGNANI, 2017).

Com a expansão da economia mundial e o aumento dos preços de *commodities*, foi criado um ambiente propício para que a política utilizada pelo novo governo resultasse em maior crescimento econômico, de modo que em 2004 o PIB já apresentou crescimento de 5,8%. Em meio as crises políticas que eclodiram, a exemplo do Mensalão, o governo passou a buscar aproveitar ao máximo o ciclo virtuoso no qual a economia se encontrava (WERNECK, 2014).

A mudança de perspectiva seria explicitada com a substituição no Ministério da Fazenda de Antonio Palocci por Guido Mantega. O segundo mandato de Lula era bastante promissor, em virtude do crescimento apresentado no primeiro mandato e do ambiente externo favorável, o qual o Brasil estava inserido. Nesse período, as tensões entre as duas vertentes, que estavam presentes até aquele momento, ficaram um pouco de lado. Em consequência da nova perspectiva do governo de aproveitar ao máximo o cenário econômico da época, foi cogitada a possível substituição do presidente do Banco Central, visando nomear alguém mais alinhado ao novo discurso desenvolvimentista, entretanto, a substituição não se concretizou (WERNECK, 2014).

Em virtude da nova postura em favor do crescimento, houve em 2007 o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), cujo objetivo seria reforçar o papel do Estado na coordenação de investimentos públicos e privados, focado na expansão da infraestrutura econômica e social (AMÉRICO MOREIRA; CASTRO; OLIVEIRA, 2020). Em meio à crise internacional de 2008, algumas medidas foram adotadas e uma delas foi a estratégia de ampliação do crédito, que representava 24% do PIB em 2003 e passou a representar 56% do PIB em 2014. Vale destacar que, o impacto foi positivo sobre mercado de trabalho,

¹ Instrumento utilizado pelo presidente Lula para assumir publicamente o compromisso de manter os pilares básicos de política econômica estabelecidos a partir de 1999 (WERNECK, 2014, p. 334).

transferência de renda da Seguridade Social, gastos sociais e programas de combate à pobreza extrema. Os elementos citados contribuíram para uma elevação na renda das famílias e somados à expansão do crédito, impulsionaram o mercado interno de consumo (CALIXTRE; FAGNANI, 2017).

No primeiro governo Dilma, existe novamente um movimento de aumento das tensões. Esse aumento poderia ser explicado, do ponto de vista econômico, como resultado da desaceleração do crescimento no período. Vale lembrar que, o cenário internacional já não era o mesmo e, portanto, deixou de ser favorável em virtude da crise financeira internacional e de erros na condução das políticas domésticas. Em meio ao cenário conturbado tanto interno quanto externo, o governo se viu perdendo a batalha pela forma como resolveu lidar com a questão, sua postura foi descrita da seguinte maneira por Calixtre e Fagnani (2017):

O fato grave é que, num contexto em que a comunicação do governo optou por não disputar ideias, não enfrentar o debate e não fazer a defesa das suas ações, a visão liberal passou a ser hegemônica junto à opinião pública e mesmo dentro das hostes progressistas desinformadas, onde a necessidade imperativa de “ajustes”, em sua maioria de caráter recessivo, foi aceita e passou a pautar os debates. A criação de um clima de crise fiscal e econômica ganhou a batalha, fazendo com que o governo alterasse sua rota e produzisse a própria crise que os mercados alegavam existir.

Dessa forma, com a deterioração da situação fiscal, o governo foi enfraquecido e passou a lidar com uma crise política cada vez maior, possibilitando que fosse completado o serviço de retroceder os avanços sociais estabelecidos pela Constituição de 1988, sendo este movimento de retrocesso iniciado após a criação desta.

4 ELEMENTOS DA ESTRATÉGIA SOCIAL E SUAS LIMITAÇÕES NO PERÍODO 2003-2014

Ao se discutir a formulação de um projeto de desenvolvimento, surgem desafios quanto a estrutura já estabelecida no país. O crescimento de um país pode ser apoiado por diferentes mecanismos econômicos, contudo, faz-se necessário formular e promover ações que estejam voltadas para consolidação de uma sociedade mais homogênea e igualitária. Alguns desses mecanismos já seriam capazes de contribuir com uma evolução nesse sentido, ao exemplo do fortalecimento do mercado doméstico, ainda assim, não seriam capazes por si só de conduzir o país ao ponto máximo de progresso e tornar a sociedade mais igualitária. Dessa forma, evidencia-se a importância da defesa dos valores do Estado de Bem-Estar Social para a promoção de uma sociedade mais igualitária.

Calixtre e Fagnani (2017) ressaltam três vetores presentes no processo de formulação do projeto de transformação elaborado por aqueles que lutavam contra a ditadura militar, os vetores seriam a restauração do Estado Democrático de Direito; a construção de um sistema de proteção social, baseado nos princípios de Bem-Estar Social; e a concepção de estratégia macroeconômica alinhada ao crescimento com distribuição de renda. Vale destacar que, a Constituição de 1988 ratificou o compromisso com os dois primeiros, mas o terceiro foi interrompido e limitou a evolução dos outros dois.

Com o crescimento econômico apresentado no período em análise, o projeto de transformação baseado nos vetores citados foi impulsionado, sendo possível alinhar a estratégia macroeconômica com a busca por desenvolvimento social e fortalecer o mercado interno nacional.

O ciclo de expansão da economia brasileira entre 2004 e 2014 foi acompanhado de uma significativa ampliação do mercado interno nacional com a inclusão de uma parcela substancial da população no mercado formal de trabalho e na sociedade de consumo. As condições favoráveis de crédito ao consumo, o aumento do emprego formal, o incremento da massa salarial e os programas de transferência de renda foram cruciais para essa expansão da demanda doméstica (AMÉRICO MOREIRA; CASTRO; OLIVEIRA, 2020).

Os reflexos positivos do crescimento econômico evidenciam um alinhamento entre os objetivos econômicos e sociais, sendo possível perceber tais reflexos em quatro núcleos da estratégia de proteção social que fora adotada. Assim, conforme Calixtre e Fagnani (2017) é possível definir os quatro núcleos da estratégia citada. O primeiro núcleo foi a ampliação do gasto social, em virtude do aumento da arrecadação e seus reflexos na melhoria das contas públicas. O segundo foi a recuperação do mercado de trabalho com uma forte geração de

empregos formais, redução da taxa de desocupação e política de valorização do salário mínimo. O terceiro foi a potencialização dos efeitos redistributivos da Seguridade Social instituída pela Constituição de 1988. O quarto e último núcleo foi o combate à pobreza extrema.

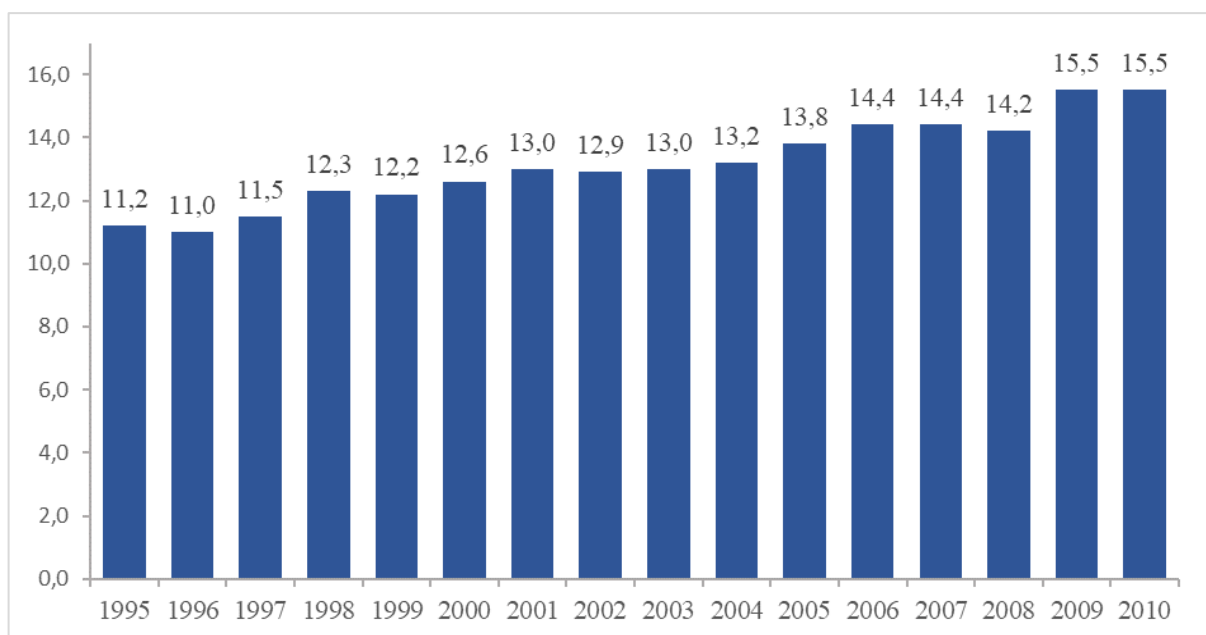
Seguindo a linha da análise de Calixtre e Fagnani (2017), serão apresentados dados para análise de todos os núcleos citados.

4.1 Ampliação do Gasto Social

Conforme citado anteriormente, o primeiro núcleo da estratégia social adotada foi a ampliação do gasto social. Uma maior atividade econômica foi responsável pelo aumento das receitas tributárias, contribuindo para uma melhora nas contas públicas e tornando possível um aumento nos gastos sociais, expandindo assim as políticas públicas (CALIXTRE; FAGNANI, 2017).

Entre os anos de 1995 e 2010, o gasto aumentou ou se manteve praticamente igual ao ano interior em todos os anos, conforme gráfico 1. O Gasto Social Federal Total passou de 11,2% para 13% do PIB entre 1995 e 2003, representando um aumento de 1,7 ponto percentual. Já no intervalo entre 2003 e 2010, o gasto foi de 13% para 15,5% do PIB, representando um aumento de 2,6 pontos percentuais (IPEA, 2015). Ou seja, percebe-se um maior percentual do PIB sendo destinado ao gasto social em boa parte do período que o PT esteve à frente do país.

Gráfico 1 - Participação do gasto social federal brasileiro no PIB, 1995-2010 (em %)

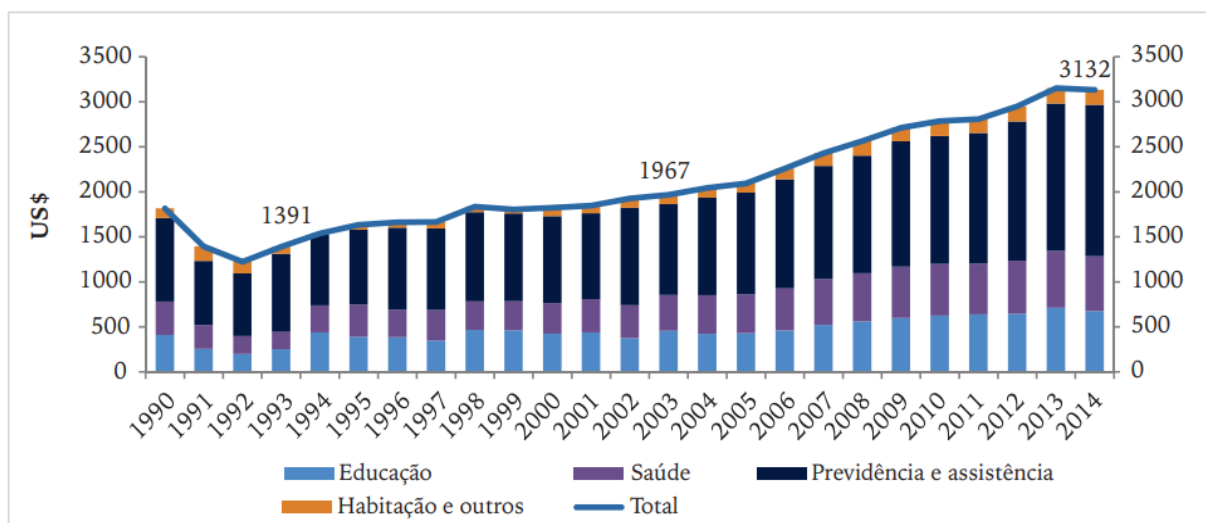


Fonte: elaboração própria (2023), a partir de IPEA (2015).

Também é possível avaliar a trajetória dos gastos por meio do Gasto Social Federal Total *per capita*, que teve um aumento real considerável e passou de U\$ 1.967 para U\$ 3.132 entre 2003 e 2014, isso representa um aumento de cerca de 60%. Dentre os itens que compõem o Gasto Social Federal, foram as transferências da Seguridade Social (Previdência e Assistência Social) que mais contribuíram, muito em virtude do aumento do salário mínimo e seu impacto no piso da Seguridade.

Vale lembrar que, apesar do forte crescimento em 2003-2014, a partir de 2011 se vê um crescimento mais discreto quanto as despesas *per capita* com Seguridade. Os dados apresentados até o momento são evidências de como se deu a atuação do Estado, mostrando a importância do gasto social como instrumento para alcançar seus objetivos. O gasto social foi um fator importante dentro da atuação do governo no sentido de política pública e promoção do desenvolvimento, sendo evidenciado pelo aumento real de 60% do gasto social *per capita*.

Gráfico 2 - Evolução gasto social geral per capita por setores Governo Central - (em US\$ de 2010) - Brasil, 1990-2014



Fonte: Calixtre e Fagnani (2017).

O crescimento econômico do período associado à conduta seguida pelo Estado, no que se refere a política social, resultou na criação de novos programas sociais na área da Educação e da Saúde, refletindo no avanço das políticas redistributivas. A criação de novos programas aconteceu principalmente no primeiro e no segundo governo Lula, a exemplo da criação de um fundo para o desenvolvimento da educação básica, de investimentos para melhoria no

fornecimento de remédios à população, de investimentos para melhorias na saúde bucal da população, da expansão do programa Bolsa Família e de investimentos para novas habitações.

Na Educação houve a elaboração e divulgação de um documento, o chamado “Alinhamento Estratégico – MEC”, cujo objetivo seria organizar os fundamentos que norteariam o Plano Plurianual da Educação para o período de 2004 a 2007. Destarte, tem-se o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) e a reforma da educação superior como ações criadas nesse período e que impactariam na estrutura da Educação no país (FAGNANI, 2011).

No que se refere ao Fundeb, ele ampliou o Fundo de Financiamento e Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), incluindo a educação infantil além do ensino fundamental e do ensino médio, que já estavam previstos (AMÉRICO MOREIRA; CASTRO; OLIVEIRA, 2020).

No caso da reforma da educação superior, houve a criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI), por meio da Lei n. 11.096/2005, que concede bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em instituições privadas de nível superior. Contudo, existem requisitos para se tornar apto ao uso das bolsas de estudo, sendo renda de até 1,5 salário mínimo por pessoa para as bolsas integrais e renda de até 3 salários mínimos por pessoa para as bolsas parciais.

No que se refere a Saúde, a estruturação do SUS possibilitou implantações inovadoras, a exemplo da Política de Saúde Bucal por meio do Programa Brasil Sorridente. Com este programa, cerca de 70 milhões de pessoas foram beneficiadas no período do primeiro governo Lula. É possível citar também a criação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), definido como um atendimento móvel pré-hospitalar e o Programa Farmácia Popular, que é definido por uma rede de drogarias privadas recebendo subsídios do governo para vender os produtos com até 90% de desconto. Entre 2007 e 2008, é possível citar ainda a criação de 2.500 novas equipes de Saúde da Família e a criação dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família na tentativa de ampliar o alcance e as ações executadas pelas equipes (MENICUCCI, 2011).

Desde o ano de 2002, enquanto Lula ainda concorria à presidência, o PT discutia a implementação de um programa visando a erradicação da pobreza, esse programa seria o Fome Zero. Parte do resultado dessa ideia foi a criação do Programa Bolsa Família, que seria um programa mais abrangente de distribuição de renda dos que os programas já existentes e foi criado por meio da unificação de alguns destes. Valer destacar ainda que, o PBF estabeleceu condições para os beneficiários, essas condições eram relacionadas à saúde, nutrição e frequência escolar das crianças. Outro dado importante, que evidencia o crescimento do gasto social desse governo, seria a evolução do número de famílias beneficiárias do PBF. Eram 3,6

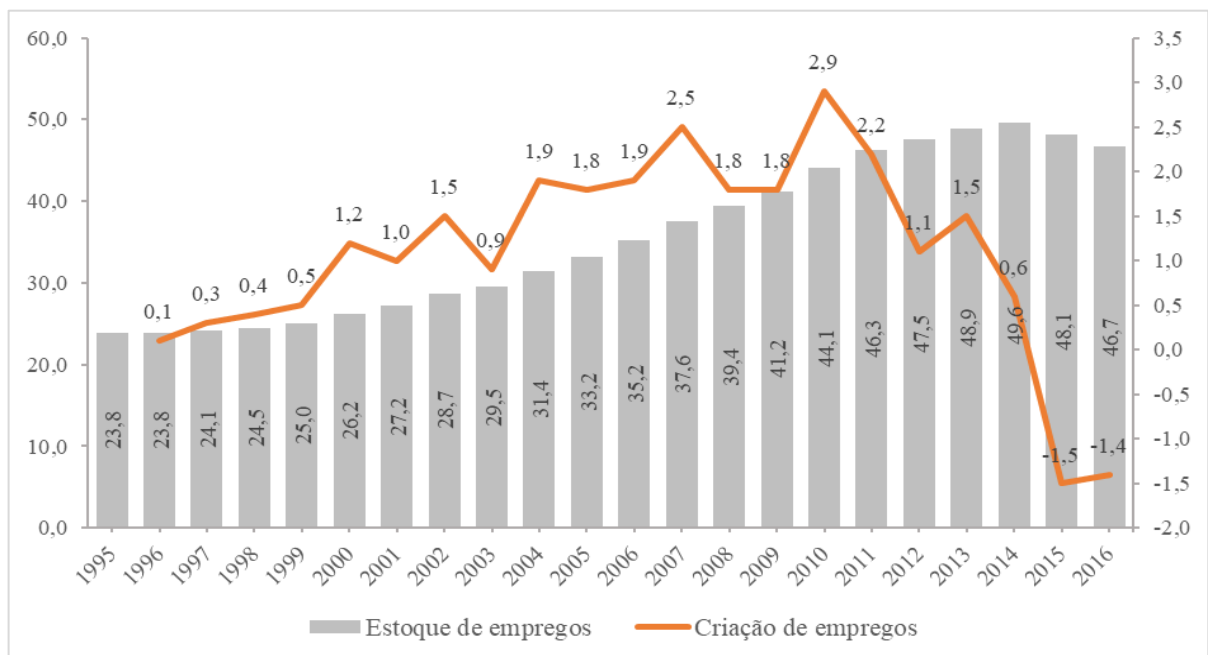
milhões em 2003, 11 milhões em 2006 e 12,8 em 2010, ao final do segundo mandato do governo Lula. O programa é focado nas famílias das faixas mais pobres da população (WERNECK, 2014).

Vale ressaltar também que, houve um aumento dos gastos destinados à habitação popular, por meio da criação do programa Minha Casa, Minha Vida. Foram beneficiadas mais de 4,6 milhões de famílias, com 1,3 milhões de moradias entregues até agosto de 2013 (CALIXTRE; FAGNANI, 2017).

4.2 Recuperação do Mercado de Trabalho

Conforme citado anteriormente, o segundo núcleo da estratégia consistia em criar uma grande quantidade de novos empregos alinhado a uma política de valorização do salário mínimo (CALIXTRE; FAGNANI, 2017). O salário mínimo é visto como uma importante ferramenta para melhoria na distribuição de renda e também para redução da pobreza. Dessa forma, a melhor situação do mercado de trabalho no período foi de grande importância para os avanços apresentados nos anos analisados.

Gráfico 3 - Evolução do número total de empregados com vínculo formal de emprego no Brasil, 1995-2016 (em milhões)

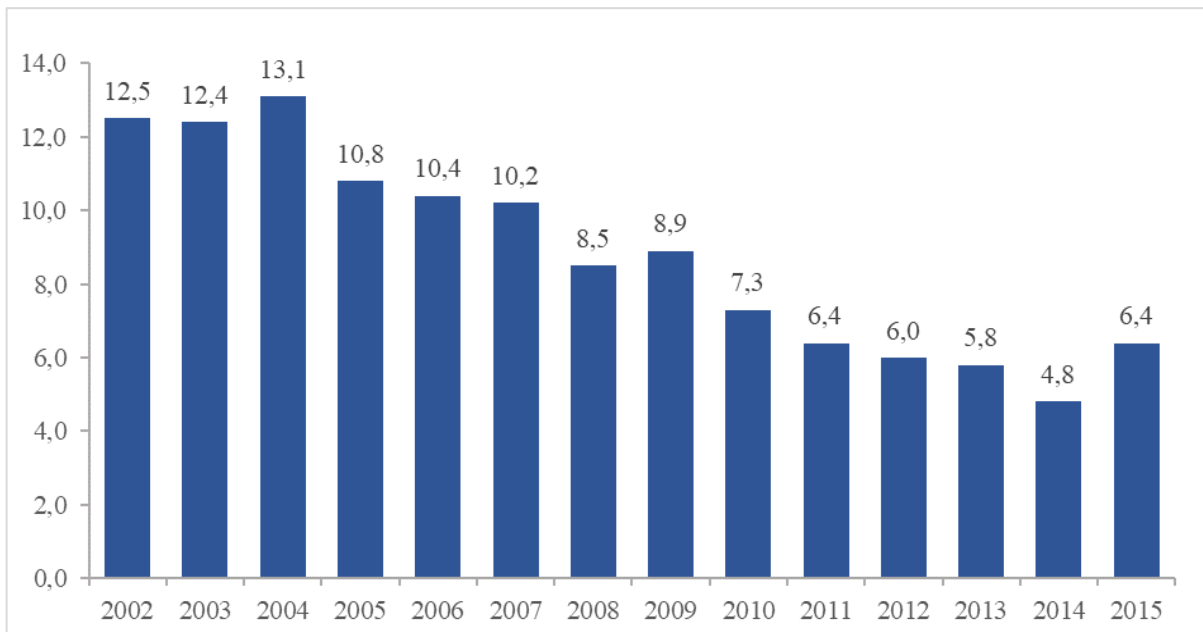


Fonte: Elaboração própria (2023), a partir de Calixtre e Fagnani (2017).

Ao se observar os dados do número de empregos criados e do estoque de empregos, percebe-se que mais de 20 milhões de empregos foram criados entre os anos de 2003 e 2014. Também é possível perceber um movimento de crescimento do estoque de empregos em quase todo o período apresentado, com queda no estoque apenas em 2015 e em 2016. A respeito do número de empregos criados, existe um movimento de crescimento nos dois governos em que Lula esteve à frente do país, cenário que não se mantém no período em que Dilma esteve à frente do país.

A respeito da taxa de desocupação para o período, a análise será feita com base na Pesquisa Mensal de Emprego realizada pelo IBGE. Os dados obtidos pela pesquisa e apresentados no gráfico 4 mostram uma taxa de desocupação de 12,4% para o ano de 2003 e de 13,1% para o ano de 2004. Contudo, a partir de 2005, percebe-se um movimento de queda da taxa, chegando a 4,8% no ano de 2014. Assim, ao observar os dados do período, nota-se uma evolução do mercado de trabalho no sentido de cada vez mais pessoas estarem ocupadas.

Gráfico 4 - Evolução da taxa de desocupação no Brasil, 2002-2015 (em %)

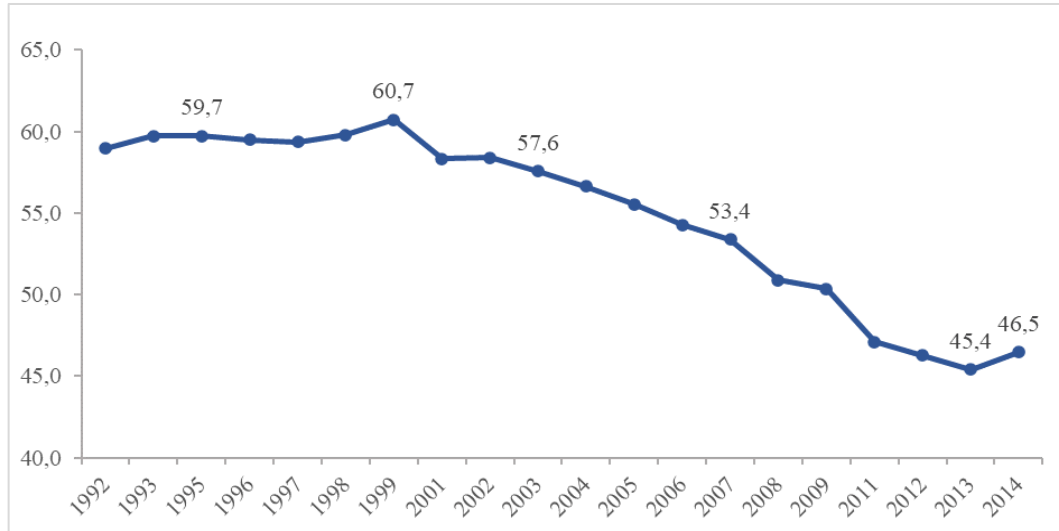


Fonte: elaboração própria (2023), a partir de dados da Pesquisa Mensal de Emprego (IBGE), posição em abril.

Conforme os dados apresentados pelo gráfico 3, é possível afirmar que a quantidade significativa de empregos gerados contribuiu para uma redução da taxa de desocupação apresentada no gráfico 4. Nessa perspectiva, cabe a avaliação também quanto a taxa de informalidade do país, tendo em vista que a taxa de desocupação se refere a trabalhos formais e informais, ou seja, sua redução poderia não significar uma redução da taxa de informalidade.

A respeito da taxa de informalidade, tem-se claramente uma tendência de redução, caindo de 57,6% em 2003 para 45,4% em 2013. Vale lembrar que, essa tendência foi interrompida no ano de 2014 com um aumento da taxa para 46,5%.

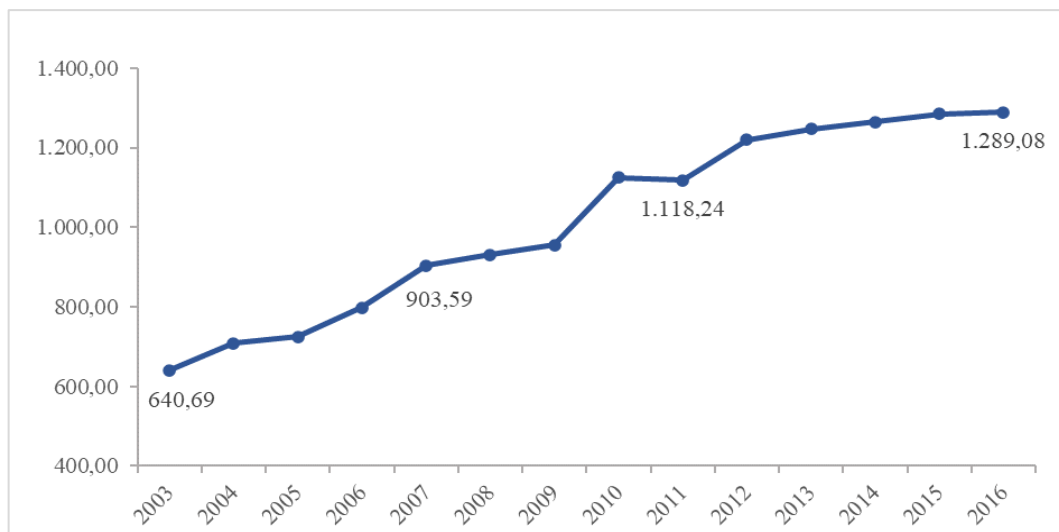
Gráfico 5 - Taxa de informalidade no Brasil, 1992-2014 (em %)



Fonte: elaboração própria (2023), a partir de dados do IPEADATA.

Além da redução da taxa de informalidade, da taxa de desocupação e da ampliação do número de empregos, é importante a avaliação do salário mínimo real para averiguar se realmente existiu uma política de valorização do salário mínimo seguindo a perspectiva de gerar benefícios à vida da sociedade brasileira.

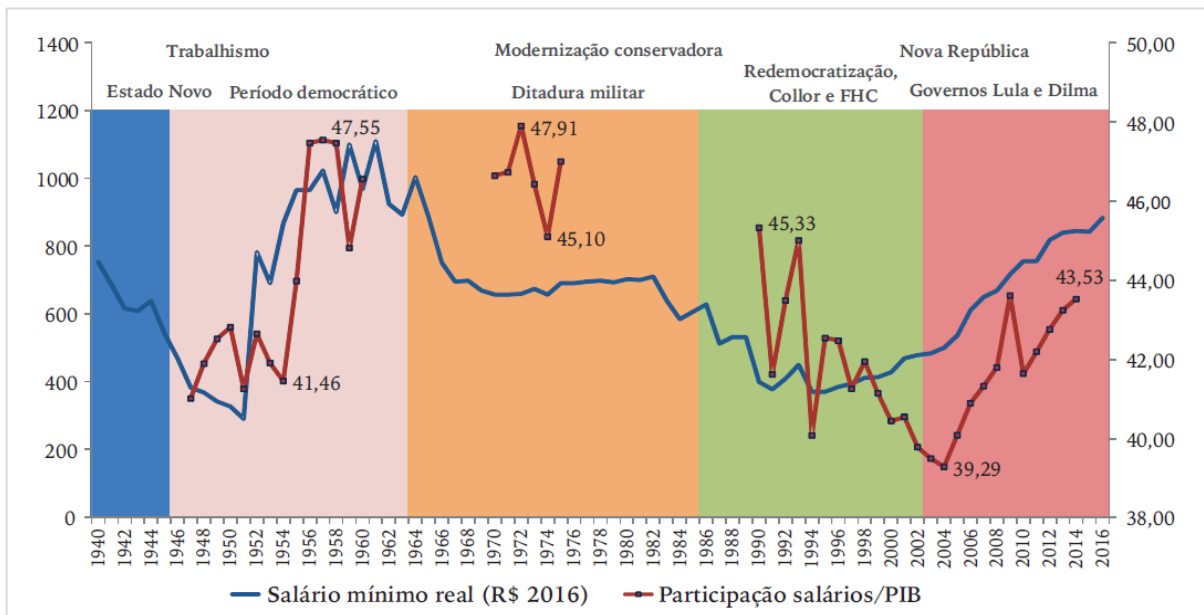
Gráfico 6 - Salário mínimo real brasileiro, 2003-2016 (em R\$ de abril/2023)



Fonte: elaboração própria (2023), a partir de dados do IPEADATA, posição em janeiro.

No que se refere ao salário mínimo real do período de 2003 a 2016, será feita a análise a preços de abril de 2023. Assim, tem-se em 2003 o valor do salário correspondendo a R\$ 640,69 e em 2011, no início do primeiro governo Dilma, o valor correspondendo a R\$ 1.118,24. Em janeiro de 2016, o valor do salário mínimo correspondia a R\$ 1.289,08, um valor não tão distante do valor apresentado no início do primeiro governo Dilma. É fato que o cenário econômico mudou e isso sem dúvidas influenciou os indicadores no período em que Dilma esteve à frente do país, enquanto Lula, em boa parte de seus governos, lidou com um cenário econômico mais favorável.

Gráfico 7 - Evolução histórica do salário mínimo real e da relação salários/PIB no Brasil, 1940-2016



Fonte: Calixtre e Fagnani (2007).

Por fim, ao analisar o comportamento do salário mínimo em um maior período de tempo, tem-se os dados mostrando que a partir de 1964 existe um movimento de queda do salário mínimo real que persiste até 1991. Perceber-se então que entre 1992 e 2004 existe um movimento bem discreto de valorização do salário mínimo real, mas que em 2005, na metade do primeiro governo Lula, há uma valorização mais perceptível e cuja tendência é mantida até o ano de 2016.

Destarte, os cenários de maior crescimento do salário mínimo real são aqueles em que o Estado buscou adotar políticas desenvolvimentistas, mais precisamente em dois períodos, o primeiro entre 1951 e 1964 e o segundo entre 2003 e 2016, nos governos Lula e Dilma.

4.3 Potencialização dos efeitos redistributivos da Seguridade Social

O terceiro núcleo da estratégia social adotado no período se trata da potencialização dos efeitos redistributivos da Seguridade Social. O Sistema de Seguridade Social foi instituído a partir da Constituição de 1988 e é formado por três subsistemas, a saber, Saúde, Assistência Social e Previdência Social. Como evidência, tem-se o *caput* do art. 194 da CF/1988 assegurando que “a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1988, Art. 194).

Assim, a Seguridade Social é resultado dos chamados regimes de *Welfare State*, termo que, traduzido para a língua portuguesa, significa Estado de bem-estar social. O Estado de bem-estar social é um sistema econômico com acentuada participação do Estado na promoção de benefícios sociais, cujo objetivo é proporcionar padrões de vida mínimos para seus cidadãos, desenvolver a produção de bens e serviços sociais, controlar o ciclo econômico e ajustar o total da produção (SANDRONI, 1999).

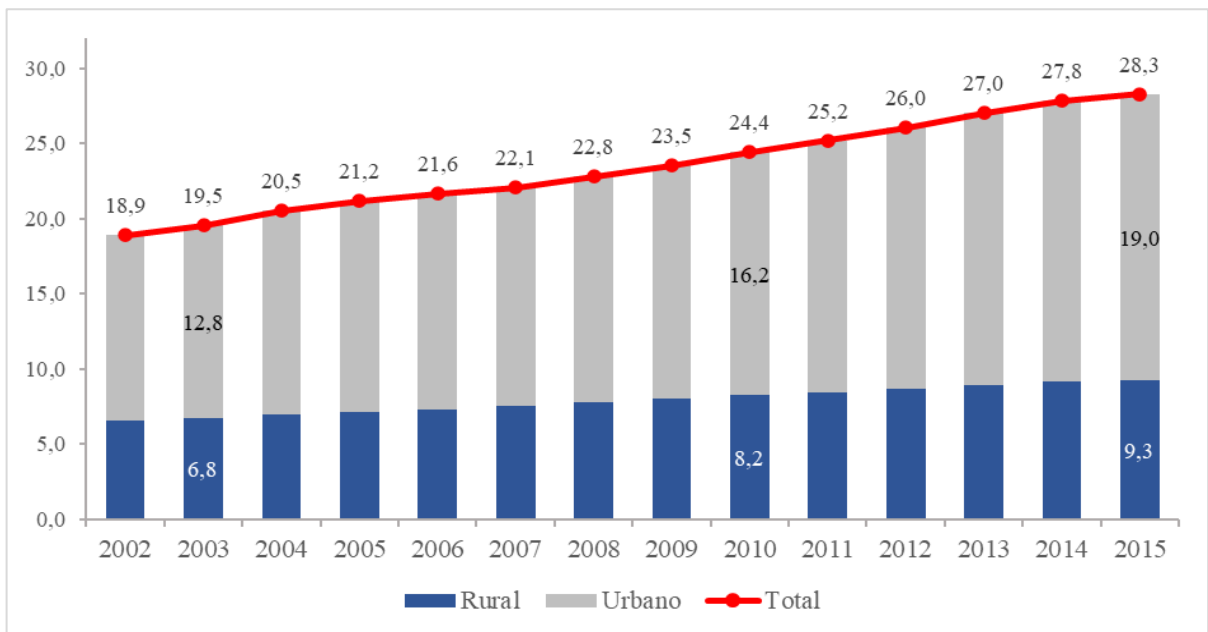
Contudo, Calixtre e Fagnani (2017) citam que o papel da Seguridade na proteção social e no crescimento apoiado no mercado doméstico é colocado em plano secundário na maioria das análises e que, de modo geral, as contribuições da geração de emprego, da valorização do salário mínimo real e das transferências que ocorrem por meio do Programa Bolsa Família são vistas em primeiro plano.

Ainda sobre a Seguridade Social, existem diversos benefícios e serviços ofertados que contribuem para uma ampliação da renda das famílias, impulsionando assim o mercado interno. Como exemplo de benefícios e serviços, é possível citar a Previdência Rural e Urbana, Programas de Assistência Social, Seguro Desemprego e serviços de saúde por meio do SUS. Dessa forma, avanços na Seguridade Social associados com a recuperação do mercado de trabalho foram fatores chave para o fortalecimento do mercado interno e para o crescimento econômico apresentado no período.

Conforme apresentado acima, a Previdência Social é um dos elementos que compõem a Seguridade Social, assim como a Assistência Social e a Saúde. O Regime Geral de Previdência Social (RGPS) durante o período de 2002 a 2015 esteve sempre representando mais

de 85% do total de benefícios. Em 2003, no início do primeiro governo Lula, o RGPS mantinha 19,5 milhões de benefícios, dos quais 12,8 milhões eram urbanos e 6,8 milhões eram rurais. Já em 2010, no fim do segundo governo Lula, o RGPS mantinha 24,4 milhões de benefícios, dos quais 16,2 milhões eram urbanos e 8,2 milhões eram rurais. Por fim, em 2015 se tinha 28,3 milhões de benefícios, onde 19 milhões destes eram urbanos e 9,3 milhões eram rurais. Esses anos estão em destaque por serem, respectivamente, momentos de início, transição e fim do período em que o PT esteve à frente do país e mostram um crescimento de quase 9 milhões de beneficiários entre 2003 e 2015.

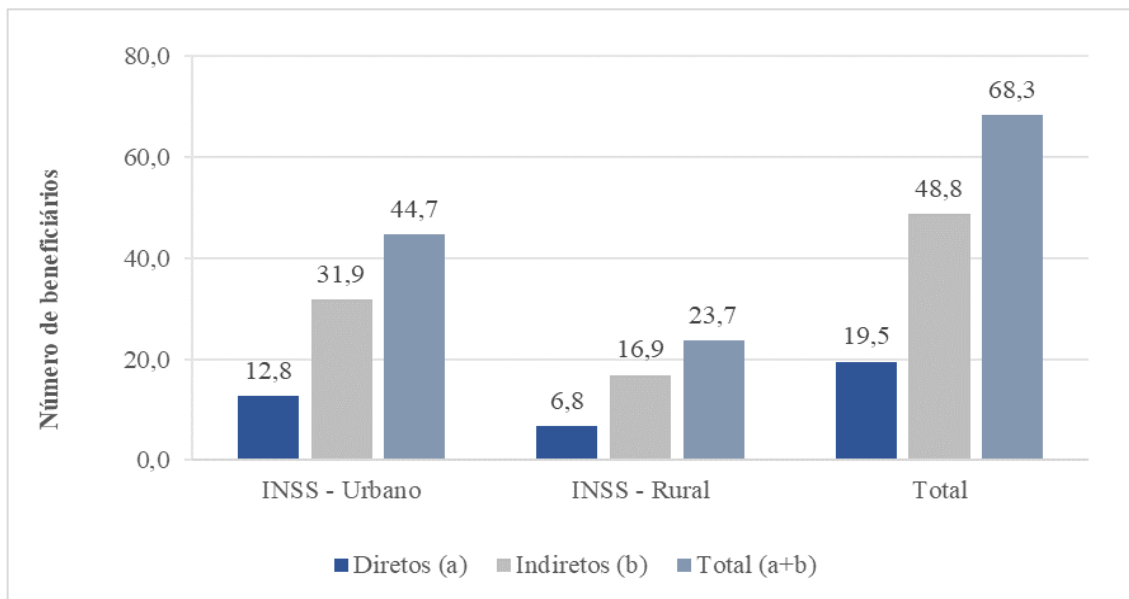
Gráfico 8 - RGPS - Evolução dos benefícios rurais e urbanos, 2002-2015 (em milhões de beneficiários)



Fonte: elaboração própria (2023), a partir de MPS: Anuário Estatístico da Previdência Social 2017 - Suplemento Histórico, v.6.

De acordo com o IBGE, para cada benefício pago, 2,5 pessoas são beneficiadas indiretamente. Dessa forma, é possível realizar uma estimativa simples de quantas pessoas são beneficiadas no total, seja diretamente ou indiretamente. Sendo também possível avaliar a evolução do alcance indireto desse mecanismo de redistribuição de renda no período em que o PT esteve à frente da presidência do país.

Gráfico 9 - RGPS - Benefícios diretos e estimativa do número de beneficiados indiretos em 2003 (em milhões)

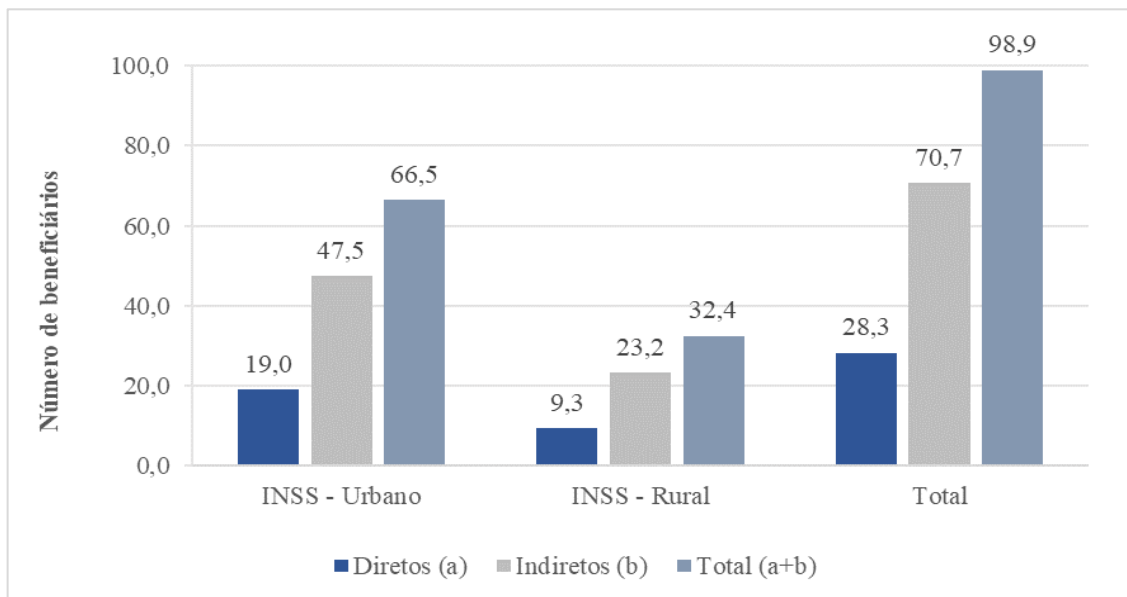


Fonte: elaboração própria (2023), a partir de MPS: *Anuário Estatístico da Previdência Social 2017 - Suplemento Histórico*, v.6.

No ano de 2003, estima-se que 48,8 milhões de pessoas foram beneficiadas indiretamente com os pagamentos do RGPS, de modo que 31,9 milhões desses beneficiados foram urbanos e 16,9 milhões foram rurais. A respeito dos beneficiários diretos, o número foi de cerca de 12,8 milhões na área urbana e 6,8 milhões na área rural, totalizando cerca de 19,5 milhões de beneficiários. Dessa forma, ao somar o número de pessoas que foram beneficiadas diretamente com aquelas que se beneficiaram indiretamente se tem um total de cerca de 68,3 milhões de pessoas beneficiadas por meio do RGPS.

Já em 2015, ano anterior ao *impeachment* sofrido por Dilma Rousseff, estima-se que 70,7 milhões de pessoas foram beneficiadas indiretamente com os pagamentos do RGPS. Desse total, 47,5 milhões de beneficiados foram urbanos e 23,2 milhões foram rurais, um crescimento de mais de 20 milhões de pessoas beneficiadas indiretamente quando comparado a 2003, no início do primeiro ano do governo Lula. Quanto aos beneficiários diretos, foram 19 milhões urbanos e 9,3 milhões rurais, totalizando 28,3 milhões, ou seja, quase 9 milhões a mais que em 2003. Tem-se então um total de cerca de 98,9 milhões de pessoas beneficiadas em 2015 beneficiadas diretamente ou indiretamente com o RGPS.

Gráfico 10 - RGPS - Benefícios diretos e estimativa de número de beneficiados indiretos em 2015 (em milhões)



Fonte: elaboração própria (2023), a partir de MPS: *Anuário Estatístico da Previdência Social 2017 - Suplemento Histórico*, v.6.

Com base no que foi exposto, percebe-se um crescimento no número de beneficiários diretos e no número de pessoas beneficiadas indiretamente pelo RGPS. Nesse sentido, dada a importância desse instrumento como fator gerador de melhoria na condição de vida da sociedade brasileira, tem-se o crescimento no número de pessoas beneficiadas, estando então, alinhado com as ideias do governo de promoção de maior qualidade de vida.

4.4 O combate à pobreza extrema

O combate à extrema pobreza foi o quarto e último núcleo adotado no período como parte da estratégia social. Um dos compromissos assumidos pelo Governo Lula, já anunciado durante sua campanha, foi a luta pela erradicação da fome, este compromisso foi colocado em prática com o lançamento do Fome Zero. Como forma de viabilizar a erradicação da fome, seria necessário aumentar a renda das famílias para que o acesso a alimentação fosse facilitado, além de fornecer outros instrumentos que contribuíssem para o cumprimento desse objetivo. Ou seja, por meio do Fome Zero, existiu um alinhamento do combate à fome e do combate à extrema pobreza (ARANHA, 2010).

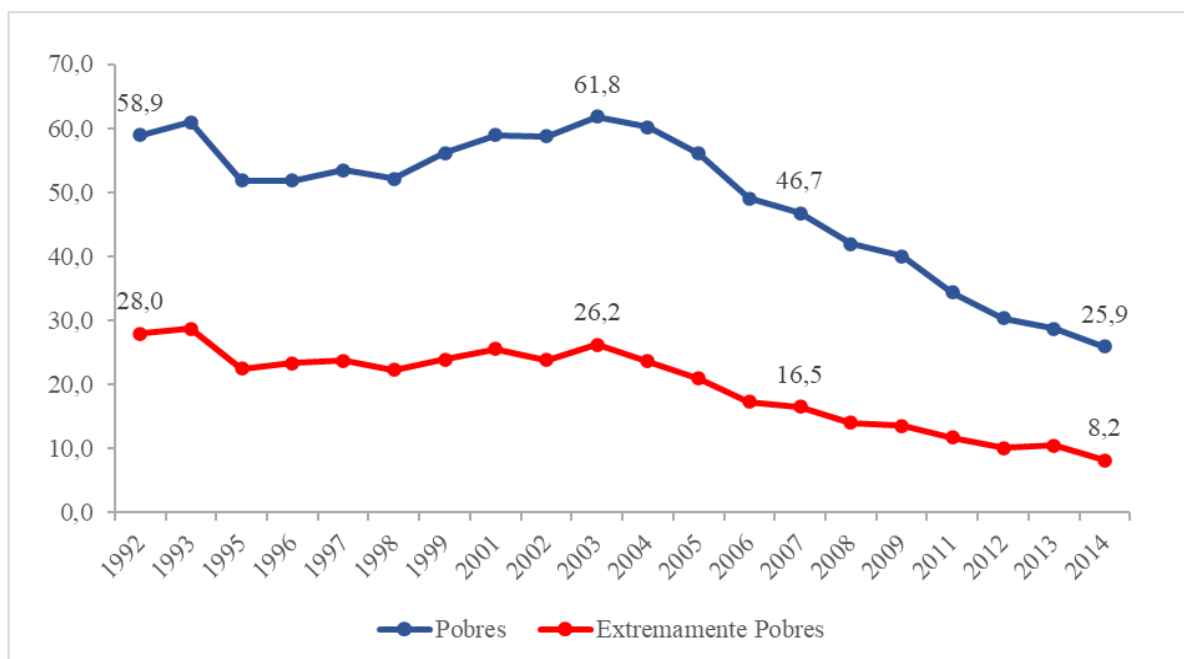
Conforme os dados apresentados, os gastos convergiram no sentido de elevar a renda das famílias e promover melhoria na qualidade de vida da população. O Fome Zero se tratava

da integração de programas e ações que se dividiam em quatro diferentes eixos, a saber, o Acesso aos Alimentos, Fortalecimento da Agricultura Familiar, Geração de Renda e Articulação, Mobilização e Controle Social (ARANHA, 2010). É possível ainda destacar alguns programas como parte do Fome Zero como o PBF, o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Com a utilização dos instrumentos citados acima e a estratégia social adotada no período, houve uma redução do número de pessoas pobres e extremamente pobres, essa redução significou a saída de cerca de 35 milhões de pessoas da pobreza e 18 milhões de pessoas da extrema pobreza entre 2003 e 2014, conforme gráfico 11.

O percentual de pessoas pobres caiu de 35,8% em 2003 para 13,3% em 2014. O percentual de pessoas extremamente pobres também apresentou forte movimento de redução e saiu de 15,2% em 2003 para a 4,2% em 2014, conforme gráfico 12. A linha de extrema pobreza considerada é uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa com base nas recomendações da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura e da Organização Mundial da Saúde (OMS). Sendo estimados diferentes valores para 24 regiões do país, tendo em vista que não existe uma linha de extrema pobreza oficial no Brasil.

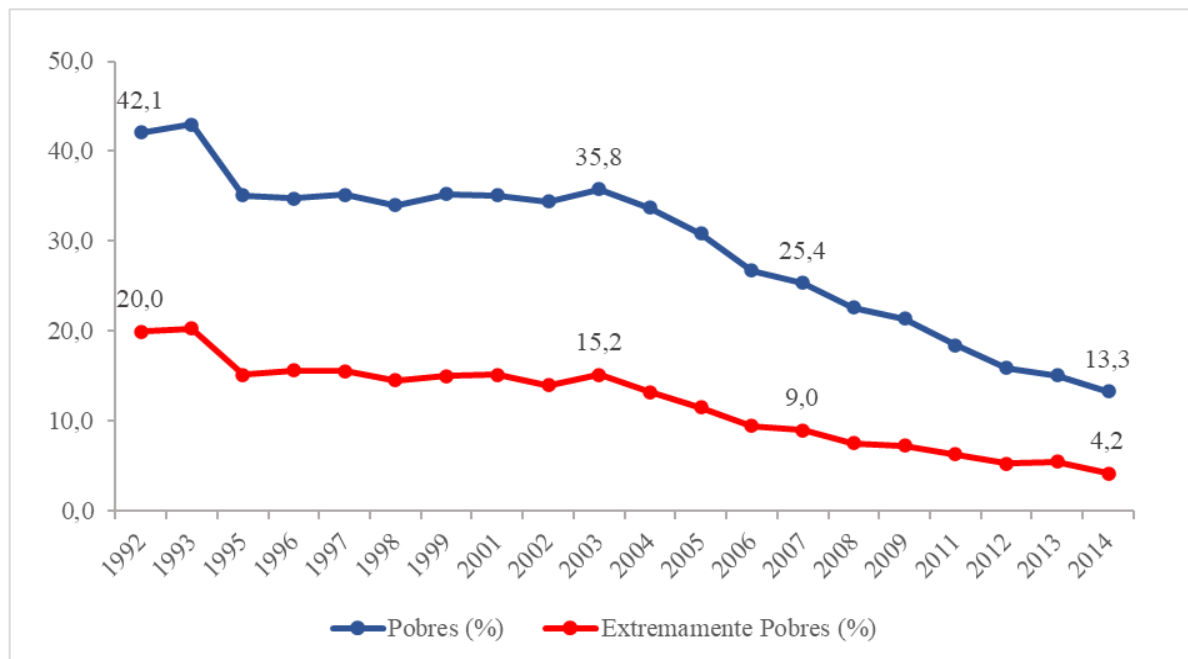
Gráfico 11 - Número de pobres e extremamente pobres no Brasil, 1992-2014 (em milhões)



Fonte: elaboração própria (2023), a partir de dados do IPEADATA.

Nota: a linha de pobreza considerada corresponde ao dobro da linha de extrema pobreza.

Gráfico 12 - Percentual de pobres e extremamente pobres no Brasil, 1992-2014



Fonte: elaboração própria (2023), a partir de dados do IPEADATA.

Nota: a linha de pobreza considerada corresponde ao dobro da linha de extrema pobreza.

Por fim, a erradicação da pobreza é citada, inclusive, como um dos objetivos da Constituição Federal de 1988. Segundo o art. 3º da CF/1988, o terceiro objetivo fundamental da República Federativa do Brasil é erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais. Ou seja, a erradicação da pobreza deve ser um objetivo presente nas políticas sociais e econômicas do governo, o que aconteceu no período analisado.

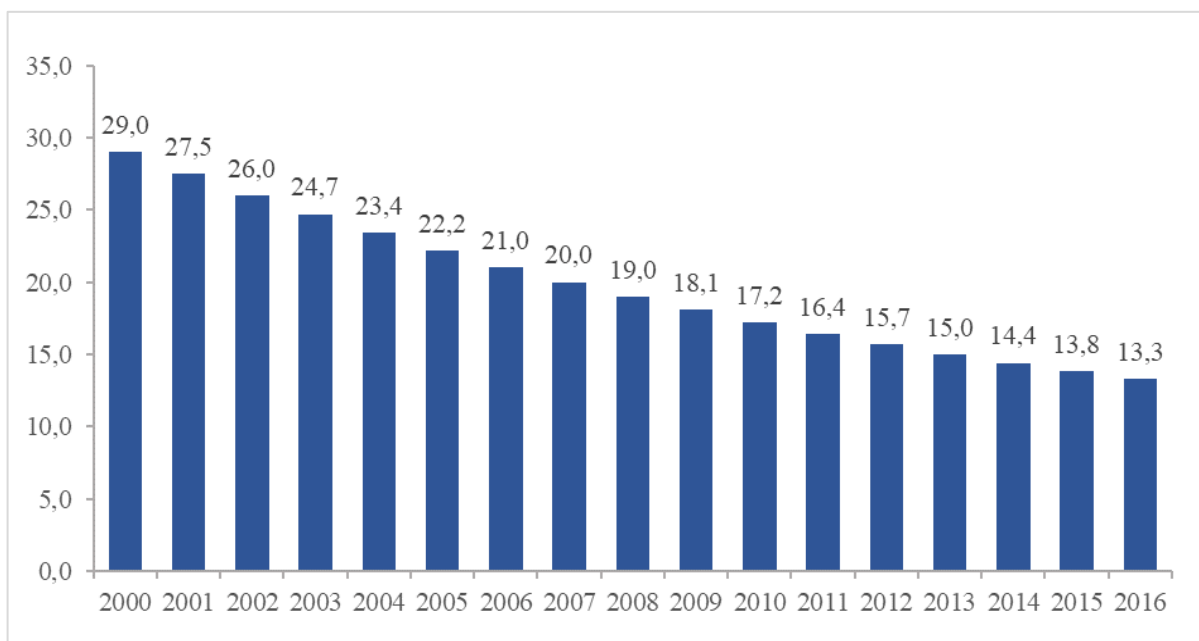
4.5 Melhoria dos Indicadores Sociais

No que se refere às políticas desenvolvimentistas utilizadas entre 2003 e 2016, tem-se como resultado a melhoria de diversos indicadores sociais. Além dos indicadores utilizados até o momento para evidenciar os avanços apresentados no período, a exemplo da redução de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza e extrema pobreza, é possível citar outros indicadores que também evidenciam essas melhorias, como o Coeficiente de Gini, a taxa de mortalidade infantil e a esperança de vida ao nascer. A respeito da riqueza, houve também crescimento do PIB *per capita* e apesar da sua limitação em incorporar a desigualdade para análise, é um instrumento capaz de aferir o crescimento da riqueza do país. Essa limitação do

indicador é de certa forma superada quando ele é analisado conjuntamente aos dados do Coeficiente de Gini.

Mortalidade infantil e esperança de vida ao nascer estão entre os principais indicadores da saúde e são extremamente sensíveis às mudanças na educação, no emprego, na renda, no saneamento e na segurança alimentar. Quando maiores orçamentos para as áreas sociais são associados ao crescimento econômico, os resultados para esses indicadores costumam melhorar (AMÉRICO MOREIRA; CASTRO; OLIVEIRA, 2020)

Gráfico 13 - Taxa de mortalidade infantil no Brasil, 2000-2016 (por mil nascidos vivos)



Fonte: elaboração própria (2023), a partir de dados do IPEADATA e do IBGE.

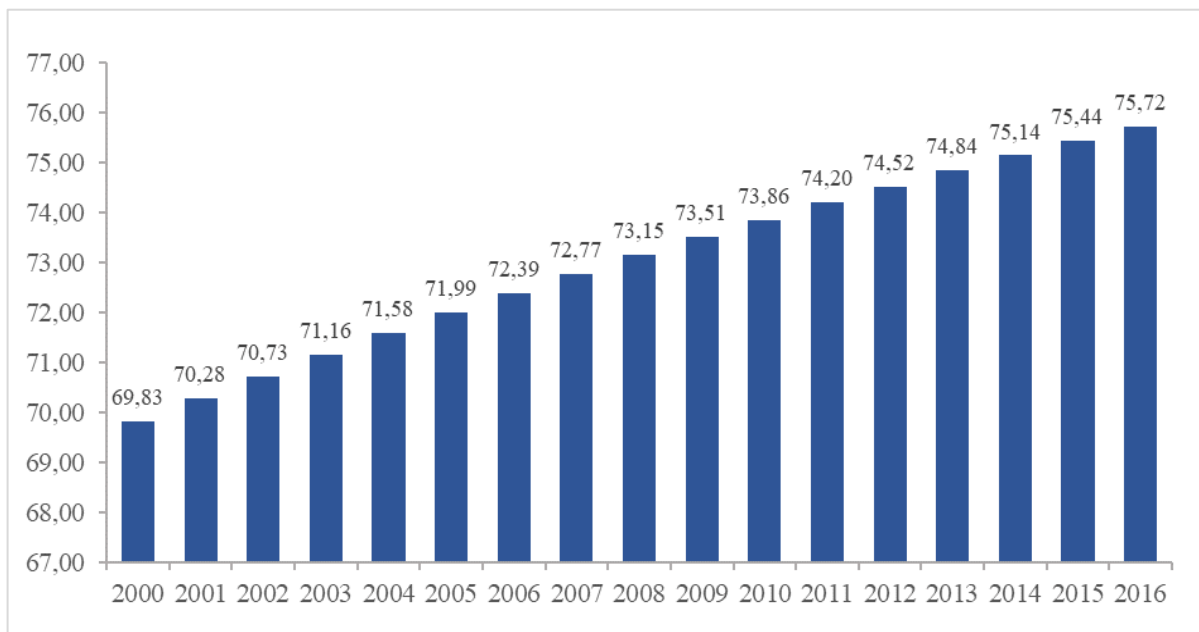
A respeito da mortalidade infantil, este é um importante indicador de saúde que está diretamente relacionado com as condições de vida de uma população. Caso esse indicador apresente valores elevados, ele estará refletindo condições precárias de vida e saúde da população e sinalizando um baixo nível de desenvolvimento social e econômico. A taxa de mortalidade infantil consiste no número de óbitos de menores de um ano de idade para cada 1.000 nascidos vivos².

² Segundo a definição da Organização Mundial da Saúde (OMS), Nascido Vivo é a expulsão ou extração completa do corpo da mãe, independentemente da duração da gravidez, de um produto de concepção que, depois da separação, respire ou apresente qualquer outro sinal de vida, tal como batimentos do coração, pulsações do cordão umbilical ou movimentos efetivos dos músculos de contração voluntária, estando ou não cortado o cordão umbilical e estando ou não desprendida da placenta. Cada produto de um nascimento que reúna essas condições se considera como uma criança viva.

De acordo com os dados apresentado no gráfico 13, a taxa de mortalidade infantil era de 24,7 no ano de 2003 e reduziu para 13,3 no ano de 2016. Dessa forma, a melhoria apresentada pelo indicador está alinhada com a proposta dos governos do período de melhorar as condições de vida da população brasileira.

No que se refere ao indicador de esperança de vida ao nascer, seu aumento sugere, de maneira geral, uma melhoria nas condições de vida e saúde da população. Ao se observar esse indicador entre 2003 e 2016, percebe-se um aumento de 4,5 anos na esperança de vida ao nascer do brasileiro. É importante ressaltar que esse movimento de aumento da esperança de vida ao nascer apresentado no período não acontecia apenas no Brasil, contudo, o indicador não deixa de ser impactado positivamente pela adoção de políticas sociais que resultem em melhorias nas condições de vida da sociedade brasileira.

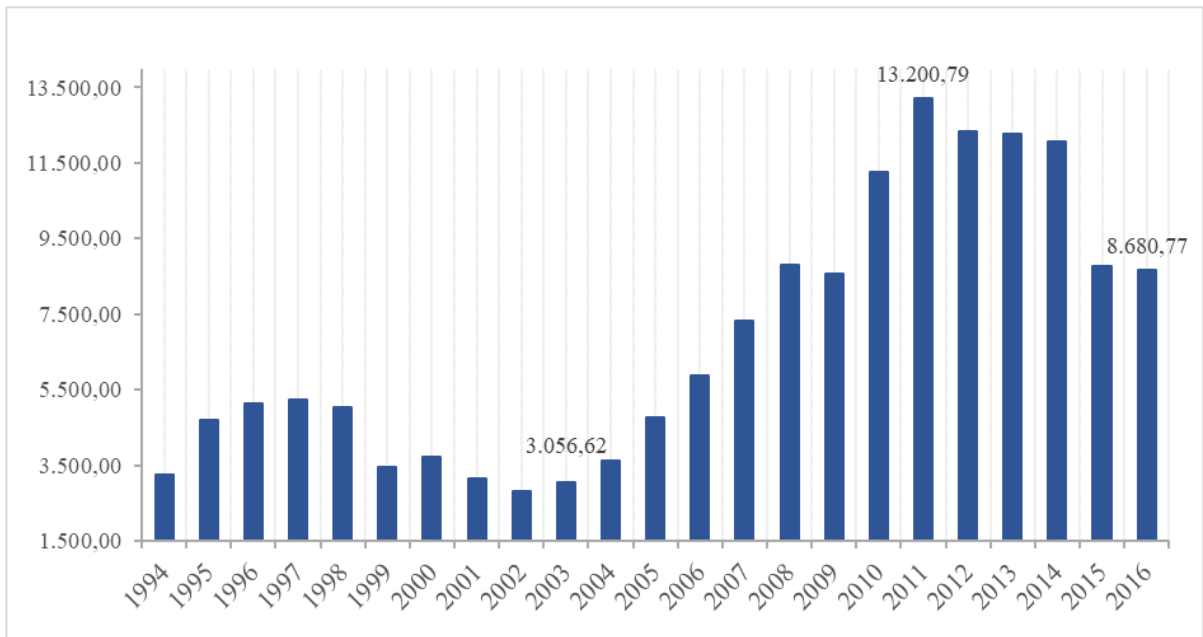
Gráfico 14 - Esperança de vida ao nascer no Brasil, 2000-2016 (em anos)



Fonte: elaboração própria (2023), a partir de dados do IPEADATA e do IBGE.

Com a utilização das políticas e programas incorporados pelo Estado entre 2003 e 2016 foi possível elevar a renda das famílias com uma melhor distribuição, elemento fundamental para o combate à pobreza e para a redução das desigualdades. Uma informação importante é que o Brasil apresentou um crescimento bem significativo no seu PIB *per capita*, o valor do indicador no ano de 2003 foi US\$ 3.056,62. Já em 2016, seu valor foi US\$ 8.680,77, com máxima de US\$ 13.200,79 no ano de 2011. Dessa forma, é possível perceber que o país conseguiu, em linhas gerais, elevar o patamar da sua riqueza.

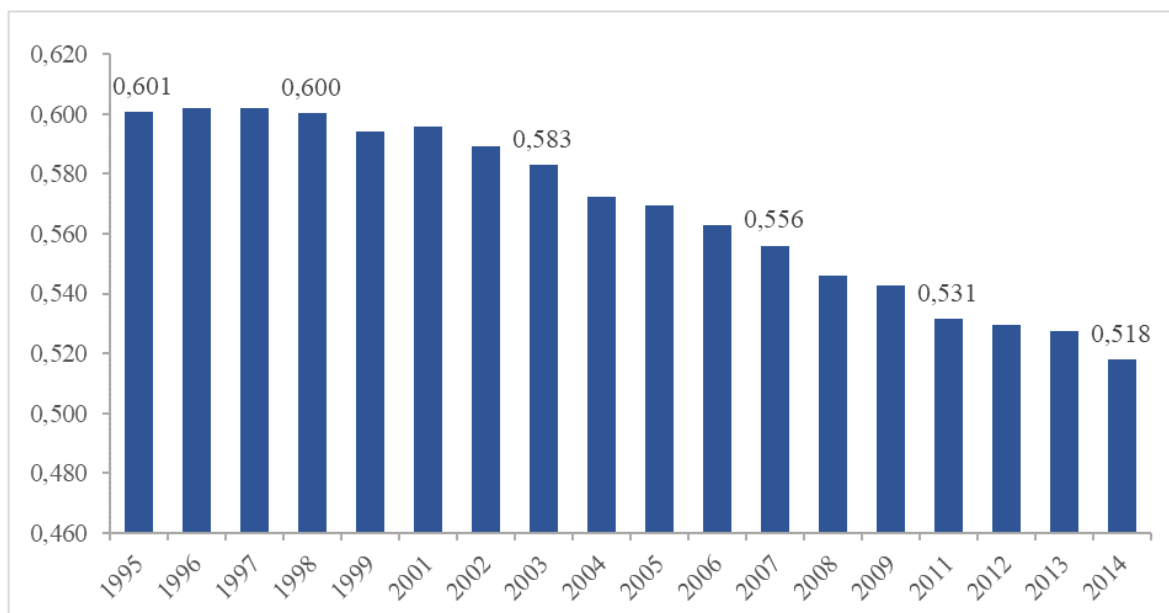
Gráfico 15 - PIB per capita do Brasil (em US\$ corrente)



Fonte: elaboração própria (2023), a partir de dados do Banco Mundial.

A respeito do Coeficiente de Gini, que é comumente utilizado para calcular a desigualdade de distribuição de renda, houve melhoria considerável. Em 2003, o Coeficiente de Gini do Brasil foi de 0,583 e apresentou redução em todos os anos seguintes, inclusive no ano de 2014 cujo resultado foi de 0,518, o menor resultado da série.

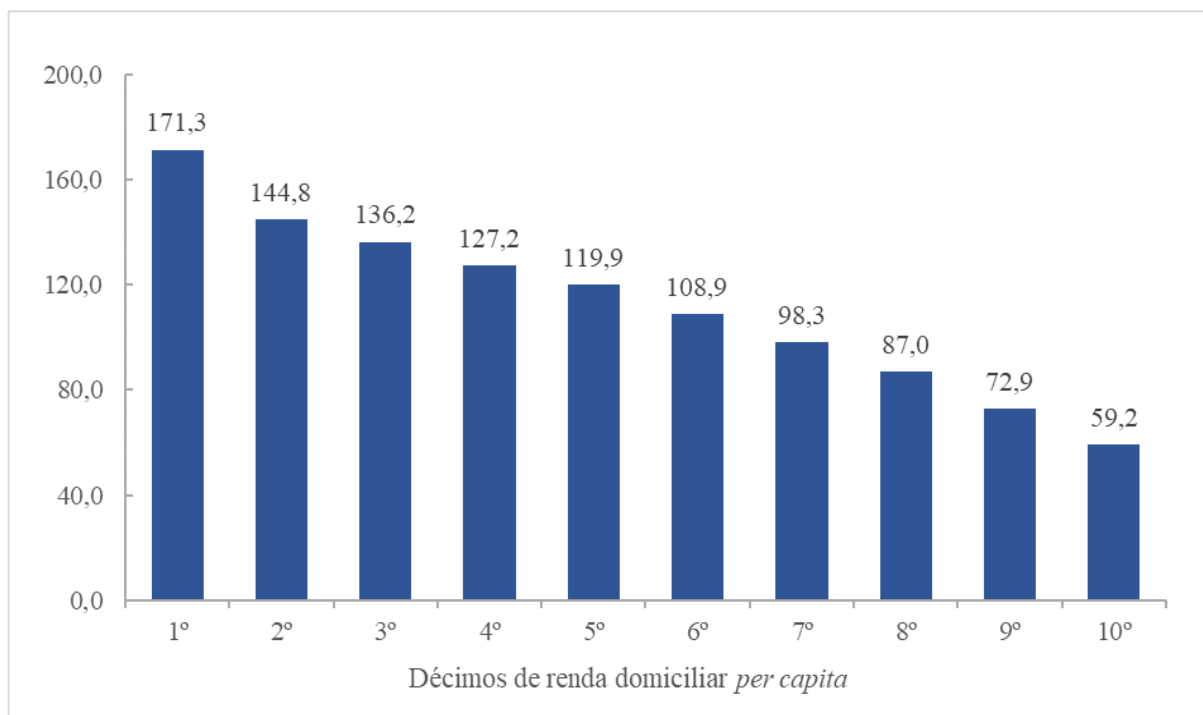
Gráfico 16 - Evolução do Coeficiente de Gini no Brasil, 1995-2014



Fonte: elaboração própria (2023), a partir de dados do IPEADATA.

A renda domiciliar *per capita* é mais um instrumento que pode ser utilizado na avaliação. Ao comparar a renda domiciliar *per capita* de todos os décimos da população em 2014 com o mesmo indicador em 2003, é possível perceber que os décimos mais pobres são aqueles que apresentam maior crescimento percentual no período. O 1º apresentou crescimento da renda de 171,3% no período, enquanto o 10º apresentou crescimento da renda de 59,2% no mesmo período. Um fato importante a ser observado é que todos os décimos apresentaram crescimento acima de 50%.

Gráfico 17 - Crescimento da renda domiciliar per capita dos décimos da população brasileira (renda de 2014 em relação a renda de 2003)



Fonte: elaboração própria (2023), a partir de dados do IPEADATA.

Todavia, é importante ressaltar que, apesar de o crescimento apresentado nos decis mais pobres ser maior que aquele apresentado nos decis mais ricos, o crescimento da riqueza na parcela mais pobre da sociedade ainda não é suficiente para transformar o país e levá-lo a patamares “aceitáveis” de desigualdade. Isso fica evidente com as informações apresentadas na tabela 1 que mostra quantas vezes a renda de cada decil caberia no 10º decil. Um dado que chama bastante atenção é que a renda média do 1º decil mais pobre seria multiplicada 35,4 vezes até chegar na renda média do 10º decil.

Tabela 1 - Renda domiciliar per capita média no Brasil por décimo da população, 2003 e 2014 (em R\$, a preços de 2014)

Décimos	Renda domiciliar per capita média - 2003	Renda domiciliar per capita média - 2014	Razão do 10º sobre os demais - 2003	Razão do 10º sobre os demais - 2014
1º	49,08	133,12	60,29	35,40
2º	112,90	276,36	26,21	17,05
3º	165,74	391,50	17,85	12,04
4º	224,71	510,47	13,17	9,23
5º	294,24	646,97	10,06	7,28
6º	384,11	802,29	7,70	5,87
7º	493,33	978,04	6,00	4,82
8º	679,74	1.270,94	4,35	3,71
9º	1.041,35	1.800,75	2,84	2,62
10º	2.958,88	4.711,91	1,00	1,00

Fonte: elaboração própria (2023), a partir de dados do IPEADATA.

Outro fato que evidencia que o crescimento dos décimos mais pobres não é suficiente para transformar o país seria o fato de o Brasil estar constantemente entre os países mais desiguais do mundo, mesmo com a melhora apresentada pelo indicador no período analisado. Destarte, percebe-se que as diferenças sociais e econômicas existentes no Brasil continuaram sendo o maior desafio do desenvolvimento nacional e a superação destas não deve deixar de ser um objetivo da nação.

4.6 Limitações da Estratégia Social e ausência de reformas estruturais

O próximo passo a ser dado consiste em analisar as possíveis limitações da política social utilizada no período 2003-2014 e identificar se houve mudanças estruturais na economia brasileira. Um aspecto importante é que não houve mudanças na estrutura tributária no período que os indicadores sociais apresentaram melhora. Os sistemas tributários costumam ser apresentados como regressivos ou progressivos. Uma tributação regressiva significa que os pobres pagam, em proporção a sua renda e seu patrimônio, mais impostos que os ricos. Já a tributação progressiva significa que quanto maior a renda, maior a alíquota de tributos a ser paga (IPEA, 2016).

Como não houve mudanças na estrutura tributária, a tributação no Brasil seguiu como regressiva, diferentemente dos países desenvolvidos ao redor do mundo. Assim, percebe-se que apesar do sistema tributário brasileiro se manter regressivo, houve redução da desigualdade

quando analisada por meio do Coeficiente de Gini, “algo incomum na história das economias desenvolvidas baseada nos regimes de Welfare State” (CALIXTRE; FAGNANI, 2017).

Ao se pensar em identificar possíveis fragilidades do modelo, buscar novas fontes de dados para o período pode ser uma alternativa. Frequentemente, tem-se as abordagens metodológicas que tratam das desigualdades utilizando dados de pesquisas domiciliares como fonte, esses dados são originados de declarações sobre os padrões sociais e econômicos, incluindo renda e gastos. Dessa forma, a forma como são gerados a grande maioria dos dados de desigualdade desconsidera o patrimônio e a riqueza, tendo em vista que os dados são alimentados por fluxos, a exemplo da renda e dos gastos. Chama-se atenção para um possível problema, a maioria dos ricos não possuem apenas uma fonte de renda, o que dificulta a estimação de rendas mais elevadas (CALIXTRE; FAGNANI, 2017).

Na perspectiva de encontrar mais evidências do processo de redução das desigualdades, serão analisados dados do Imposto de Renda de Pessoa Física. A tabela abaixo apresenta informações quanto a participação de três eixos salariais distintos no percentual de declarantes, no percentual de rendimentos tributáveis e no percentual de patrimônio.

Tabela 2 - Participação dos declarantes, rendimentos tributáveis e patrimônio sobre o total do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) no Brasil, 2007 e 2014

IRPF – Perfil dos declarantes até 5 salários mínimos			
	% Declarantes	% Rendimentos tributáveis	% Patrimônio
2007	54,4%	20,9%	14,9%
2014	49,6%	21,3%	14,9%
IRPF – Perfil dos declarantes de 5 a 20 salários mínimos			
	% Declarantes	% Rendimentos tributáveis	% Patrimônio
2007	37,2%	44,2%	27,9%
2014	41,9%	48,3%	28,3%
IRPF – Perfil dos declarantes acima de 20 salários mínimos			
	% Declarantes	% Rendimentos tributáveis	% Patrimônio
2007	8,4%	34,9%	57,2%
2014	8,5%	30,4%	56,8%

Fonte: Calixtre e Fagnani (2017).

Conforme os dados do IRPF apresentados na tabela 2, tem-se meios para analisar se aconteceram modificações no patrimônio dos declarantes no ano de 2007 frente ao ano de 2014. Um aspecto que pode ser considerado positivo seria a redução no percentual de declarantes de

até 5 salários mínimos, cujo percentual caiu de 54,4% para 49,6% e o aumento dos declarantes de 5 a 20 salários mínimos, que representavam 37,2% dos declarantes em 2007 e passaram a representar 41,9% dos declarantes no ano de 2014. O percentual dos declarantes acima de 20 salários mínimos dentro do total de declarantes se manteve praticamente inalterado quando comparados os anos, sendo 8,5% em 2014.

No que se refere aos rendimentos tributáveis, o percentual que representa os declarantes de até 5 salários mínimos aumentou 0,4 pontos percentuais. Os rendimentos tributáveis dos declarantes de 5 a 20 salários mínimos aumentaram 4,1 pontos percentuais e dos declarantes acima de 20 salários mínimos diminuíram 4,5 pontos percentuais.

O aspecto mais intrigante das informações apresentadas na tabela seria o fato de que o patrimônio dos declarantes de até 5 salários mínimos se manteve inalterado na comparação entre os dois anos, mesmo com a redução apresentada no Coeficiente de Gini em todo o período. Quanto as outras duas faixas, houve um jogo de soma zero entre elas, com a intermediária ganhando mais 0,4 pontos percentuais de patrimônio e a mais rica perdendo 0,4 pontos percentuais de patrimônio. Destarte, tem-se uma evidência de que, embora tenha acontecido um movimento de redução na desigualdade de renda, o ritmo da redução não foi suficiente para gerar modificações no patrimônio da sociedade brasileira.

Um problema que permanece presente na sociedade brasileira seria a ausência de modificações na estrutura agrária, mantendo a característica de concentração de terra, onde poucas pessoas detêm grande parte da terra. Apesar da evolução no mercado de trabalho brasileiro, a manutenção da sua estrutura seria outro problema, pois ainda apresenta características de economias subdesenvolvidas como ausência de homogeneização social, alta concentração de renda, baixos salários e excedente estrutural de mão de obra. Há também a ausência de modificações na estrutura tributária, visto que segue sendo um sistema regressivo.

Vale salientar que, o enfrentamento dessas características estruturais possui outros condicionantes, não sendo suficiente essas modificações estarem pontuadas como um dos objetivos de qualquer governo que esteja à frente do país. A respeito desse ponto, há espaço para análises posteriores. No período em que o PT esteve no governo, percebe-se os objetivos econômicos alinhados aos objetivos sociais, resultado em melhoria nas condições de vida da sociedade. Houve um crescimento da economia associado a um processo de distribuição de renda que conduziu a desigualdade a padrões bem mais baixos que os padrões anteriores do país. Apesar disso, não foram geradas modificações na estrutura da sociedade brasileira. Desse modo, o Brasil ficou menos desigual, mas seguiu sendo um dos países mais desiguais do mundo.

5 CONCLUSÃO

Conforme foi apresentado neste trabalho, Furtado identificava que, ao replicar os padrões dos países desenvolvidos, os países subdesenvolvidos enfrentam problemas em seus processos de acumulação de capitais. Ainda nessa perspectiva, sugere-se o Estado como agente de promoção do desenvolvimento, o qual deve pensar no desenvolvimento levando em consideração as especificidades de cada país.

Com o avanço dos ideais neoliberais a partir da década de 1990 e a inserção da economia brasileira no capitalismo financeirizado, existiu no Brasil um duplo processo de reprimarização/desindustrialização. Um fator de forte influência para uma maior exportação de *commodities* e para a redução da capacidade industrial seria elevada taxa de juros, que foi estabelecida nesse patamar a fim de manter a estabilidade monetária e foi responsável por gerar uma sobrevalorização cambial. Há então um movimento de priorizar os ideais neoliberais em detrimento das políticas sociais.

Contudo, existe uma mudança no cenário político brasileiro, onde em 2003, o PT assume a presidência com Lula, e estabelece um compromisso com as classes mais vulneráveis de retomar políticas sociais e promover melhorias na qualidade de vida. Ou seja, existe a partir de então um movimento de elevação do gasto social em percentual do PIB que se eleva 2,6 pontos percentuais entre 2003 e 2010. O gasto social *per capita* apresenta aumentos bem significativos, aumentando US\$ 1.165,00 entre os anos de 2003 e 2004.

Essa elevação no gasto social tem reflexos diretos na Educação e na Saúde, de modo que diversos novos programas são criados no período em questão. O mercado de trabalho foi visto como um importante elemento para a melhoria das condições de vida da população, de modo que existiu um forte movimento de elevação do salário mínimo real entre 2003 e 2014. Foram gerados ainda cerca de 20 milhões de empregos no período e uma redução bastante significativa na taxa de informalidade.

Outro elemento que apresentou grande recuperação no período foi a Seguridade Social, à medida que o salário mínimo estava em um nível maior e a maioria dos benefícios da Seguridade o utilizam como parâmetro, boa parcela dos beneficiários foi impactada positivamente com um maior salário mínimo real. Os indicadores capazes de avaliar o combate à pobreza, que seria um dos maiores compromissos estabelecidos pelos governos do período, também apresentaram melhoras significativas. Cerca de 35 milhões de pessoas saíram de pobreza e 18 milhões de pessoas saíram da extrema pobreza. Tem-se nesse elemento o

Programa Bolsa Família como fundamental, visto que aumentou seu número de beneficiários e alcança as parcelas mais pobres da população.

Com base nos avanços citados até então, foi possível perceber por meio dos indicadores de esperança de vida ao nascer e taxa de mortalidade infantil que houve melhora nas condições de vida da população, isso se torna perceptível em virtude de esses indicadores serem influenciados à medida que as condições de vida da população melhoram. No que se refere a desigualdade de renda, o Coeficiente de Gini, que estava praticamente inalterado de 1995 a 2001, apresentou redução considerável e chegou a 0,518 em 2014. Isso é um aspecto positivo que é capaz de mostrar se a atuação do Estado está sendo capaz de distribuir renda em alguma medida.

Vale lembrar que, apesar dos diversos avanços percebidos no período, ainda existem mudanças estruturais que são necessárias e não acontecerem. A estrutura agrária brasileira se manteve com poucas pessoas possuindo a maior parte da terra. O sistema tributário seguiu sendo regressivo de modo que os mais pobres seguem pagando impostos que representam maiores fatias de suas rendas. O mercado de trabalho embora tenha apresentado avanços significativos no período ainda mantém características de economias subdesenvolvidas. Destaca-se que, essas reformas estruturais são pontos bastante complexos e não dependem apenas da atuação do presidente para serem modificados, outros fatores são de forte influência.

Por fim, apesar de existirem muitos desafios no sentido de melhorar as condições de vida da população brasileira, percebe-se um saldo positivo quanto a atuação dos governos que estiveram à frente do país no período em questão, gerando melhorias sociais e econômicas que resultaram na redução das desigualdades. É importante destacar que a análise apresentada aponta para uma boa atuação do Estado, entretanto, vale lembrar que é possível realizar essa avaliação por meio de outros elementos e indicadores.

REFERÊNCIAS

- AMÉRICO MOREIRA, C.; FORTI SHERER, A. L. Mercados emergentes e novas formas de dependência na América Latina. In: **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 30, n. 1, p. 49-73. 2002. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/view/1359/1725>. Acesso em: 3 jul. 2023.
- AMÉRICO MOREIRA, C.; BORBA, R. V. P. Modelo Liberal periférico, acumulação rentista e especialização exportadora: considerações para o caso brasileiro. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza. v. 47, n. 3, p. 167-180. 2016.
- AMÉRICO MOREIRA, C.; CASTRO, I. S. B.; OLIVEIRA, A. J. P. Nordeste brasileiro no contexto da financeirização – persistência do contraponto inacabado. In: **Revista BNB Conjuntura Econômica**, Fortaleza, ed. especial, p. 13-25, 2019.
- AMÉRICO MOREIRA, C.; CASTRO, I. S. B.; OLIVEIRA, A. J. P. Expansão e retrocesso das políticas distributivas: Brasil e Nordeste no período de 2004 a 2019. In: **Desmonte do estado e das políticas públicas: retrocesso do desenvolvimento e aumento das desigualdades no Brasil**, Fortaleza, p. 399-429, 2020.
- AMÉRICO MOREIRA, C. Brasil e Nordeste: reflexões sobre as configurações do processo de acumulação de capital em distintos momentos. In: **Banco do Nordeste do Brasil: 70 anos de contribuição para o desenvolvimento regional**, Fortaleza, p. 312-334, 2022.
- ARANHA, A. V. Fome Zero: a construção de uma estratégia de combate à fome no Brasil. In: ARANHA, A. V. (org.). **Fome Zero: uma história brasileira**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010. p. 74-95. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Fome%20Zero%20Vol1.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2023.
- BANCO MUNDIAL. **World Development Indicators Database**. GDP per capita (current US\$) 1994-2016 - Brazil. World Bank, 2022. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.CD?end=2016&locations=BR&start=1994>. Acesso em: 26 jun. 2023.
- BELLUZZO, L. G.; TAVARES, M. C. Desenvolvimento no Brasil – Relembrando um velho tema. In: BIELSCHOWSKY, R.; MUSSI, Carlos. (orgs.). **Políticas para a retomada do crescimento**. Brasília: IPEA, 2002. p.149-184. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1553/S338981B587_pt.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 3 jul. 2023.
- BIANCONI, R.; COUTINHO, M. C. O desenvolvimento como processo de mudança cultural: as conexões entre excedente e estruturas sociais na visão de Celso Furtado. **Nova Economia**, [S. l.], v. 29, n. Especial, p. 1141–1169, 2019. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/5340>. Acesso em: 7 jun. 2023.
- BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Privatização da Vale do Rio Doce: o Estado no lugar certo**. Rio de Janeiro: BNDES, 1997. Disponível em:

https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/14057?&locale=pt_BR. Acesso em: 18 jun. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Crise econômica e reforma do Estado no Brasil: para uma nova interpretação da América Latina**. São Paulo: Editora 34, 1996. p. 45-48.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Método e paixão em Celso Furtado. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; REGO, J. M. (orgs.). **A Grande Esperança em Celso Furtado**. São Paulo: Editora 34, 2001. p. 19-43. Disponível em: <https://www.bresserpereira.org.br/papers/2001/65FurtadoMetodo&Paixao.p.pg.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2023.

CALIXTRE, A.; FAGNANI, E. **A política social e os limites do experimento desenvolvimentista (2003-2014)**. Campinas: Unicamp, Texto para Discussão, n. 295, maio 2017.

CAMPOS, A. G. **Bem-estar social nos anos 1990 e 2000: traços estilizados da história brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para Discussão, n. 2025, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3512>. Acesso em: 23 jun. 2023

FAGNANI, E. A Política Social do Governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica. **SER Social**, [S. l.], v. 13, n. 28, p. 41–80, 2011. DOI: 10.26512/ser_social.v13i28.12682. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12682. Acesso em: 15 jun. 2023.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, C. **Brasil: a construção interrompida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FURTADO, C. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico estrutural**. 3 ed. revista pelo autor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000a.

FURTADO, C. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Paz e Terra. 2000b.

FURTADO, C. O subdesenvolvimento revisitado. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 5–19, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643307>. Acesso em: 6 jun. 2023.

GOBETTI, S. W; ORAIR, R. O. **Progressividade tributária: a agenda negligenciada**. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para Discussão, n. 2190, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6633>. Acesso em: 25 jun. 2023.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE**. Rio de Janeiro: 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 18 jun. 2023.

INSS. Anuário Estatístico da Previdência Social: suplemento histórico (1980 - 2017). Brasília v. 6 p. 1-196, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-social/dados-estatisticos-previdencia-social-e-inss>. Acesso em: 28 jun. 2023.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Ipeadata**. Dados macroeconômicos, regionais e sociais. Brasília: 2023. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em 17 jun. 2023.

LINS, L. C. O.; MARIN, S. R. Desenvolvimento político, econômico e social: o projeto de Celso Furtado para a nação brasileira. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, RJ, v. 11, n. 18, p. 79-109, 2016. Disponível em: <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/viewFile/78/pdf>. Acesso em: 7 jun. 2023.

MENICUCCI, T. M. G. A Política de Saúde no Governo Lula. **Saúde e Sociedade**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 522-532, 2011. DOI: 10.1590/S0104-12902011000200022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/29810>. Acesso em: 15 jun. 2023.

OLIVEIRA, A. S. de; NASCIMENTO, C. A. do. Subdesenvolvimento brasileiro à luz de Celso Furtado: uma “radiografia” da estrutura distributiva de renda no país. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 30, n. 3, p. 781–810, 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8667899>. Acesso em: 7 jun. 2023.

PAULA, J. S. de. Celso Furtado e as grandes questões do subdesenvolvimento brasileiro. **Revista de Desenvolvimento e Políticas Públicas**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 98–117, 2018. DOI: 10.31061/redepp.v2n2.98-117. Disponível em: <https://www.redepp.ufv.br/REDEPP/article/view/39>. Acesso em: 8 jun. 2023.

SANDRONI, P. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SOUZA, T. A.; VERÍSSIMO, M. P. O papel das commodities para o desempenho exportador brasileiro. In: **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 79-94. 2013. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/view/2781/3120>. Acesso em: 4 jul. 2023.

VIEIRA, W. A “MODERNIZAÇÃO” NO PENSAMENTO DE CELSO FURTADO: DESAFIO À CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, São Carlos, v. 24, n. 1, 2015. DOI: 10.4322/tp.v24i1.426. Disponível em: <https://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/426>. Acesso em: 8 jun. 2023

WERNECK, R. L. F. Alternância política, redistribuição e crescimento, 2003-2010. In: Marcelo de Paiva Abreu (orgs.). **A Ordem do Progresso: dois séculos de política econômica no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. p. 357-397.

WILLIAMSON, J. A Short History of the Washington Consensus. In: **Conference From the Washington Consensus towards a new Global Governance**. Barcelona, 2004. Disponível em: <https://www.piie.com/sites/default/files/publications/papers/williamson0904-2.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2023.